

**Jornalismo especializado na transição do papel para o online:
O caso dos jornalistas de ambiente em Portugal**

Iola Ribeiro Campos

Trabalho de Projecto de Mestrado em Jornalismo

Fevereiro, 2012

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Jornalismo realizado sob a orientação científica do
Professor Doutor António Granado

A F., G. e J,
obrigada pelo apoio.

AGRADECIMENTOS

À Comissão Fulbright pela bolsa de investigação;

À Universidade do Texas em Austin pela atribuição do estatuto de investigadora visitante.

**JORNALISMO ESPECIALIZADO NA TRANSIÇÃO DO PAPEL PARA O *ONLINE*:
O CASO DOS JORNALISTAS DE AMBIENTE EM PORTUGAL**

**BEAT JOURNALISM BETWEEN PRINT AND ONLINE TRANSITION:
THE PORTUGUESE ENVIRONMENTAL JOURNALISTS CASE**

IOLA CAMPOS

RESUMO

Entre os cortes de pessoal nas redacções e a descoberta do novo lugar do jornalismo nos novos meios digitais, qual é o papel do repórter especializado? Como está a articular as antigas funções com as novas? Como usa os novos media para contar as histórias de sempre? Actualmente, qual é a vantagem de se ser um jornalista especializado? Como é que a redacção e os editores avaliam o jornalismo especializado?

Neste trabalho, que consiste num projecto de investigação para um eventual doutoramento, olha-se para um caso particular – o jornalismo de ambiente – e para um campo específico – o dos meios impressos e digitais portugueses. Faz-se a revisão bibliográfica do tema, delinham-se as hipóteses e a metodologia para um futuro trabalho de campo.

ABSTRACT

Between staff cutbacks and the rediscover of journalism place in new digital media, what is the role of the specialized beat reporter in the newsroom? How is he articulating his old duties with the new ones? How is he using new media to tell the same stories? What is the advantage of being a specialized professional nowadays? How does the newsroom and editors value the beat journalism?

We took a specific case – the environmental journalism – and a specific terrain – Portuguese print and online media – and this work consists in the proposal of an academic research with a Phd focus in mind. It looks to theme literature and draws the hypothesis and methodology for a future field work.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo de ambiente; jornalismo especializado; transição para jornalismo *online*; meios digitais.

KEYWORDS: Environmental beat; specialized journalism; transition to online journalism; digital media

ÍNDICE

Introdução	1
1. Perspectiva histórica:	4
<i>Quando... nasce o jornalismo de ambiente</i>	
1.1. Dos primórdios à criação dos correspondentes de ambiente	4
1.2. Evolução do jornalismo de ambiente em Portugal	13
1.3. Os estudos sobre o jornalismo de ambiente em Portugal	15
2. Perspectiva conceptual e enquadramento teórico	19
<i>O que é... o jornalismo de ambiente</i>	
2.1. Um jornalismo diferente dos outros?	19
2.2. Multidisciplinaridade	19
2.3. Tempo - Processos longos	21
2.4. Incerteza científica e complexidade técnica	22
2.5. Fontes e contraditório	24
2.6. Ideologias e objectividade	26
2.7. Histórias invisíveis	31
2.8. O valor do risco	32
2.9. <i>Beat</i> pouco valorizado	34
2.10. Profissão de risco	37
3. Pistas para a caracterização da possível amostragem	40
<i>Quem... são os jornalistas de ambiente</i>	
4. Pistas para a caracterização do possível <i>corpus</i>	45
<i>Onde... trabalham os jornalistas de ambiente</i>	
5. Hipóteses e Metodologia	48
Bibliografia	51

INTRODUÇÃO

Enquanto jornalistas, editores, directores e empresários dos *media* ainda tateiam terreno em busca da fórmula perfeita para a divulgação das notícias através da internet, neste projecto procurar-se-á lançar bases para uma investigação sobre a transição do jornalismo especializado do papel para o *online*. Mais concretamente, procurar-se-á focar o caso da adaptação dos jornalistas de ambiente em Portugal.

Os cortes que estão a ser feitos nas redacções, em consequência da moldura económica em que se encontram os jornais actualmente, levarão a que haja cada vez menos jornalistas especializados e conhecedores de temas específicos. Os generalistas, por sua vez, poderão ter mais dificuldade em interpretar a informação técnica e, por conseguinte, poderão levar a um eventual empobrecimento da cobertura noticiosa do ambiente. Para além disso, no jornalismo contemporâneo, parece haver cada vez menos espaço para a informação séria, de contextualização e investigação, valorizando-se hoje mais o sensacionalismo e a informação ligeira (Patterson, 2003). Já nos anos 90, o autor Lou Prato avisava que o perigo para o jornalismo de ambiente é que as questões sérias e complexas se pudessem perder no processo (Prato, 1991). Mas há ainda que ter em conta que uma outra grande mudança e desafio para o jornalismo: o encurtamento da passagem do tempo que a internet impôs. Num paradigma em que o ciclo noticioso ficou reduzido ao segundo (Atkin, 2007), qual passará a ser o lugar de um tipo de jornalismo que parece exigir geralmente mais tempo e espaço para ser feito, como será o caso do jornalismo de ambiente?

Muitas vezes, os editores andam obececados em publicar a grande ‘cacha’, como destaca Charles Alexander, num dos relatórios da Fundação Nieman. A guerra e o terrorismo têm providenciado grandes histórias. Mas, exceptuando uma guerra nuclear ou a colisão com um asteróide, nenhuma força tem mais poder destrutivo que as alterações climáticas, segundo o autor. Por isso, diz que a guerra contra o terrorismo poderá ser uma grande história agora, mas não será a longo prazo. E acrescenta ainda que excepto se os terroristas detonarem várias bombas nucleares, as alterações

climáticas vão ser uma história muito maior a longo prazo, uma que afectará a vida de milhares de milhões de pessoas (Alexander, 2002).

Assim, temos de um lado do debate os pessimistas que alertam para os despedimentos dos profissionais mais qualificados e para o empobrecimento da cobertura noticiosa do ambiente. E do outro, temos quem veja na internet e no trabalho dos *freelancers* novas oportunidades para os jornalistas especializados. Ao mesmo tempo que há quem aponte a importância crescente que o ambiente tem vindo a ocupar nas agendas mediáticas, políticas e económicas.

Ricardo Garcia, jornalista de ambiente no jornal *Público* desde a sua fundação, diz que os jornalistas de ambiente não escrevem sobre o ambiente em si mas sobre retratos do ambiente (Garcia, 2004). A ideia de que os jornalistas não espelham a realidade, mas que a constroem, está na base da teoria construtivista e é partilhada também pelos estruturalistas e interaccionistas. Para estes teóricos, a linguagem neutral é impossível e, por isso, os *media* estruturam a representação, o que não é necessariamente igual a ficção ou distorção da realidade como advogava a teoria da acção política. “As notícias são, entre outras coisas, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade” (Traquina, 2002: 122).

Assim, reflectir e procurar compreender como trabalham os jornalistas que cobrem o ambiente ajudará a perceber como nascem as representações do ambiente, como se processa a comunicação sobre ambiente e tal poderá interessar a todos os que trabalham com a área: cientistas, activistas, assessores, educadores e, claro, jornalistas e editores, mas também ao público interessado no tema. Conduzir esta investigação neste período de mudança e incerteza poderá não ser fácil, contudo, fazê-lo nesta altura poderá ser enriquecedor para a compreensão desta fase de transição e quiçá possa contribuir para a reflexão sobre o futuro das notícias.

Através da revisão bibliográfica constatou-se que o jornalismo de ambiente tem sido um frequente objecto de estudo nas universidades americanas e inglesas. Em Portugal, já existem algumas investigações sobre o tema, mas poucas. E, como se verá, nunca foi feito um estudo do jornalista de ambiente, e muito menos do seu papel neste

momento de transição. Crê-se, pois, que um estudo desta natureza, contribuirá para o retrato do jornalismo contemporâneo e ajudará na reflexão sobre a melhoria do jornalismo especializado português.

Deste modo, o projecto foi estruturado em cinco partes. Nas primeiras quatro faz-se um enquadramento teórico, conceptual e histórico do tema, respondendo aos clássicos 'w' jornalísticos (perguntas fundamentais de um *lead* noticioso: quem, o quê, onde e quando).

Começando pelo 'quando', na primeira parte, lança-se um olhar à evolução histórica do jornalismo de ambiente a nível global, mas também nacional, já que o caso português se diferencia do panorama internacional. Esta parte termina com um olhar aos estudos portugueses sobre o jornalismo de ambiente e ao que ainda falta investigar.

A segunda parte prossegue com o enquadramento teórico numa perspectiva conceptual, procurando definir o que é o jornalismo de ambiente. Para na terceira parte se reflectir sobre 'quem' são os jornalistas de ambiente e assim também se começar a definir a eventual amostra. Na quarta parte, tecem-se algumas considerações sobre onde trabalham estes jornalistas e onde este projecto poderia vir a ser concretizado, num esboço preliminar do possível *corpus* de trabalho.

Por fim, na quinta e última parte, colocam-se as hipóteses a serem investigadas em trabalho de campo, e a metodologia a seguir.

Como todas as investigações, não se encara este projecto como um trabalho estático, mas dinâmico, especialmente porque versa sobre uma matéria actual e em mudança. Tendo esta variável presente, procura-se que o trabalho seja sensível e acompanhe a actualidade do objecto de estudo pelo que, entre o lançamento do projecto e a concretização da investigação em si mesma, poderão vir a ser feitas adaptações consideradas enriquecedoras da própria investigação.

1. Perspectiva histórica:

Quando... nasce o jornalismo de ambiente

1.1. Dos primórdios à criação dos correspondentes de ambiente

As sementes daquilo que é hoje considerado o movimento ambientalista foram sendo lançadas ao longo de séculos, remontando à pré-história e às representações rupestres de cenas da natureza como forma de comunicação sobre o ambiente (Frome, 2003). Aquilo que se pode considerar como preocupações ambientais faziam parte até das mais antigas civilizações, como a do Vale do Hindu, onde há 4000 anos já havia saneamento. Nos primórdios, parecem ter sido os orientais a dedicar mais atenção a esta temática (Wyss, 2007; Kovarik, 2008). Depois, no Ocidente, as referências começam a crescer a partir da Idade Média.

As primeiras obras escritas a incluir preocupações ambientais surgiram um século depois da invenção do daguerreótipo (Kovarik, 2008). Em 1556, Agricola escreve *De Re Metallica*, um livro sobre metalurgia onde cita a existência de leis italianas que proibiam a exploração mineira por causa dos seus efeitos nas florestas, campos, vinhas e olivais; reflectindo ainda sobre o impacto que as minas tinham na saúde humana (Agricola, 1912). Em 1640, Izaak Walton publica *The Compleat Angler* onde se debruça sobre as pescas e a conservação (Walton, 1971).

As primeiras leis sobre ambiente são publicadas no Oriente no século XII, a propósito do bem-estar animal (Kovarik, 2008). No Ocidente, começa a surgir legislação específica na Idade Média. Em 1366, a Câmara de Paris obriga os talhantes a depositarem os restos de animais mortos fora da urbe. Vinte anos depois, em Inglaterra, o Parlamento aprova uma lei que proíbe os despojos de lixo em rios (Kovarik, 2008). Depois, em 1755, o médico Percival Pott observa que os limpa-chaminés desenvolviam cancro por causa do contacto com a fuligem (Fernandes, 2006).

Não é, pois, de estranhar que com o florescimento da influência dos jornais ao longo do século XIX, também tenham começado a surgir referências ao ambiente na imprensa. Em 1844, o editor do *New York Evening Post*, William Cullen Bryant, escreve

um editorial que exorta à criação de um grande parque na cidade. “Essa ideia foi a faísca que levou à criação do Central Park em 1851” (Wyss, 2007: 20). Frome narra como tudo se passou.

“Tudo começou num quente dia de Verão em 1844 quando Bryant foi dar um longo passeio por Manhattan em busca dos terrenos para o futuro parque. Ao voltar ao escritório escreveu o editorial que intitulou de ‘Um Novo Parque’. Apareceu na edição de 3 de Julho, avisando que a crescente Nova Iorque estava em perigo de perder a sua última oportunidade para adquirir terrenos para recreação e ócio. A proposta de Bryant captou o interesse do público, ganhando o particular apoio de Andrew Jackson Downing, um notável arquitecto paisagístico da época. Por conseguinte, foi emitida legislação a autorizar a aquisição de parte da terra necessária em 1851, levando ao estabelecimento do Central Parque, a parcela imobiliária mais cara da América, ainda livre do desenvolvimento” (Frome, 2003: 544).

Dois anos antes da morte de Bryant, George Grinnell tinha sido contratado como editor de história natural na *Forest and Stream*, uma revista de ambiente. Mais tarde passaria a director. Uma das principais campanhas que aí defendeu foi o fim da caça em Yellowstone, o primeiro parque natural do mundo (Frome, 2003).

Por volta da mesma altura, entre 1874 e 1875, mas na outra costa dos Estados Unidos, John Muir publicava uma série de artigos no *San Francisco Daily Evening Bulletin*, exortando os leitores à defesa da vida selvagem através de acções governativas. Depois, para prosseguir as suas causas, acabaria mesmo por criar uma associação ambientalista, o *Sierra Club*.

Quando se fala da evolução do ecologismo, o marco histórico que costuma sobressair é a criação do primeiro parque nacional em 1872 – Yellowstone. O Yosemite Valley já tinha, porém, estatuto de protecção para recreio público, desde 1864. Havia mesmo todo um movimento a favor da protecção das zonas verdes da Sierra Nevada e das sequóias gigantes (hoje, uma espécie protegida) do Estado da Califórnia, nos Estados Unidos encabeçado por John Muir.

Foi também John Muir que criou uma das primeiras publicações especializadas em ambiente – o *Sierra Club Bulletin*, em 1893 (Cox, 2006).

Paralelamente, em França surgem também as primeiras manifestações de cariz ambiental que reclamavam a protecção da floresta de Fointainebleau; sendo aí criada uma reserva de 624 hectares, em 1853 (Fernandes, 2006).

A par da industrialização, este foi um período marcado pelo conservacionismo (Marques, 2003; Wyss, 2007; Barros e Sousa, 2010). As primeiras associações ambientalistas surgem precisamente com o ímpeto de preservar o ambiente: em 1824 nasceu a Society of the Protection of Animals no Reino Unido e em 1865 a Commons, Open Space e Foothpaths Preservation Society; ainda no mesmo país, em 1867, foi criada a East Riding Association for the Protection of Sea Birds; mas antes, nos Estados Unidos já nascera o Sierra Club (1862).

No virar do século, o jornalismo de investigação ganha terreno, graças ao trabalho de uma mulher que se dedica a expor os impactos no ambiente do modelo de negócio da Standard Oil Company, do poderoso John D. Rockefeller Sr.. A visibilidade da cobertura foi tal que a série de 19 artigos, publicada na *McClure's Magazine*, foi considerada em 1999 pelo jornal *New York Times* como a quinta reportagem mais importante na história do jornalismo (Barringer, 1999).

Entretanto, foram surgindo outras figuras no jornalismo ambiental em várias partes dos Estados Unidos e no resto do mundo. E, nos anos 40, até foi atribuído um prémio Pulitzer ao trabalho realizado no *St. Louis Post-Dispatch* contra a poluição industrial naquela cidade.

Percebe-se assim que à medida que a industrialização foi comprometendo a qualidade geral do ambiente e da saúde das populações, também a consciência ambiental foi ganhando terreno além da simples perspectiva conservacionista. E, paralelamente, o jornalismo de ambiente foi ocupando mais espaço na imprensa. Sachsman, Simon et al. (2010) sustentam que entre 1930 e 1950, os *media* se concentravam nos feitos da engenharia, em engenheiros famosos, nos fracassos e problemas a resolver, no progresso da engenharia e nas aplicações práticas das descobertas.

Mas também eram debatidos outros tópicos. No caso belga, por exemplo, foi uma catástrofe ambiental que vitimou milhares de pessoas, 60 das quais mortais, que levou à evolução das leis para a redução de emissões atmosféricas em 1930 (Marques, 2003).

Por outro lado, nos anos 40, a cobertura do ambiente já era dominada pelos esforços das relações públicas das empresas, pelo menos no que concerne o caso da baía de São Francisco, nos Estados Unidos (Sachsman, 1973).

Uma década depois, havia uma mão cheia de jornalistas americanos a escrever regularmente sobre o tema: Robert Chan do *The Christian Science Monitor*; Tom Harris do *The Sacramento Bee*; Casey Bukro do *Chicago Tribune*; Paul MacClennan do *The Buffalo News*; e Ed Flattau, cronista (Shabecoff, 2002). É, de resto, nesta altura que surgem associações de luta contra a poluição e se começa a desenvolver mais a legislação ambiental.

Desde logo, as associações começam a tentar fazer chegar a sua voz à agenda mediática. E, no fim dos anos 60, embora ainda tenham dominado as notícias de engenharia, a cobertura do ambiente baseava-se mais em depoimentos contraditórios de uma variedade de fontes, desde os activistas ambientais aos representantes oficiais do Governo e aos líderes das empresas. "Continuo a acreditar que os anos 60 foram a década chave para o desenvolvimento do jornalismo ambiental moderno e a batalha entre forças conflituais diferentes das relações públicas" (Sachsman, Simon et al., 2010: 7).

Assim, quando o trabalho de Rachel Carson foi publicado pela revista *The New Yorker* já havia corrido muita tinta sobre o ambiente. No entanto, é esta série de três reportagens – mais tarde transformada em livro, sob o título *Silent Spring* – que é geralmente considerada como o grande marco na história do jornalismo de ambiente e mesmo da ecologia como movimento social.

Enquanto cientista, Carson não teria nada contra o DDT, mas preocupar-se-ia com o seu uso crescente e a necessidade de informar o público sobre as consequências (Wyss, 2007). A investigação de Carson sobre o pesticida acabou a ter tal impacto que

houve mesmo quem tenha gasto 250 mil dólares para a refutar. Não obstante as críticas, o livro foi publicado e num dos mais recentes prefácios, escrito por Al Gore, até se questiona se o movimento ambientalista alguma vez se teria desenvolvido sem este trabalho (Wyss, 2007: 23-24). *Silent Spring* foi também considerada, pelo *The New York Times*, como uma das reportagens mais importantes na história do jornalismo, aparecendo em segundo lugar da lista, à frente das reportagens de Bob Woodward e Carl Bernstein sobre o caso Watergate (Barringer, 1999).

Assim, a ecologia enquanto movimento social ganhou grande fôlego nos anos 60, havendo mesmo autores que consideram que foi apenas nessa altura que se deu o verdadeiro arranque (Frome, 2003; Cox, 2006). O enfoque noticioso também mudou. Se, no início, o jornalismo de ambiente era marcado por uma visão conservacionista da natureza, muito em parte por causa da influência de John Muir; nos anos 60, e na sequência da obra de Rachel Carson, os ângulos que passaram a dominar foram os do risco e impacto para a saúde humana, para além da justiça ambiental (Sachsman, Simon et al., 2010).

Foi ainda nesta altura que se fundaram duas das mais conhecidas associações ambientalistas: World Wildlife Fund (1961) e Greenpeace (1971). Paralelamente, algumas reportagens de ambiente começaram a ter maior destaque e reconhecimento, nomeadamente através da atribuição de mais prémios Pulitzer em 1967 e 1971. Uma das histórias mais marcantes foi a de um correspondente local sobre resíduos perigosos que mais tarde ficaria conhecida como o caso de Love Canal (Cox, 2006; Wyss, 2007).

Nos anos 70, o movimento ecologista atinge um clímax com o dia da Terra. Robert Cox sustenta até que, nesse dia, os Estados Unidos registaram uma das maiores manifestações da sua história, com 20 milhões de pessoas (Cox, 2006: 46). A pressão foi tal que o presidente Nixon acabou por responder com a publicação de leis ambientais e a criação da agência de ambiente. As empresas noticiosas, apercebendo-se da crescente preocupação com o ambiente, criaram secções próprias para o tratamento do tema e nomearam jornalistas especializados. Naturalmente nalgumas publicações, como a *Time*

ou a *National Geographic*, foi dado mais destaque do que noutras (Wyss, 2007). Mas, em geral, a partir desta altura, o ambiente passou a fazer parte da agenda mediática.

Philip Shabecoff, ex-jornalista do *New York Times* que começou a escrever sobre ambiente nos anos 70, salienta, porém, que na imprensa generalista norte-americana, apenas uma “mão cheia” de repórteres se dedicava em exclusividade a este tema. Por isso, considera que em 1970 ainda não se tinha estabelecido totalmente o ‘beat’ (secção) de ambiente. E que foi ao longo da década de 70 e 80 que este foi emergindo (Shabecoff, 2002).

Talvez por causa da falta de mais repórteres especializados, se registasse uma forte influência das relações públicas na agenda mediática. Na área de São Francisco, 25 a 50 por cento das histórias de ambiente chegavam às redacções através dos assessores, tendo estes mais voz que as fontes científicas (Sachsman, 1973). Outra crítica ao jornalismo de ambiente dos anos 70 prende-se com a noção de proximidade. “Os jornais locais noticiavam frequentemente problemas ambientais em áreas geográficas distantes em vez de olharem para as suas próprias comunidades” (Wyss, 2007: 26). Por outro lado, há quem considere que este arranque do jornalismo de ambiente foi marcado por um profundo idealismo (Krönig, 2002).

Embora ao longo de todo o século XX se tenham publicado histórias de ambiente, a maioria dos autores é unânime a sustentar que a dimensão da preocupação pública e da *mediatização* não foi sempre igual (Schmidt, 2003; Corbett, 2006; Cox, 2006; Hansen, 2010). Porém, enquanto Shabecoff sustenta que o jornalismo de ambiente se desenvolveu muito nos anos 70 e 80, Ader é da opinião contrária. “Depois do arranque registado a partir dos finais dos anos 60, ambas – preocupação e mediatização – abrandaram e foram decaindo durante a segunda metade da década de 70 até meados dos anos 80” – diz Schmidt baseando-se em Ader (Schmidt, 2003).

Independentemente disso, Sachsman diz-nos que nos anos 80 os jornalistas de ambiente – “grupo especialista, com alto grau académico de formação, sem relação conflituosa com as fontes” – dedicavam um quarto do seu tempo a cobrir o ambiente e energia, sobretudo em *breaking news* e *features*. O autor norte-americano sustenta

também que enquanto muitas histórias de ambiente eram escritas por jornalistas de ciência, um *beat* de ambiente estava a emergir em separado (Sachsman, Simon et al., 2010).

Nessa década, as associações ambientalistas ganham maior acesso aos *media*, ampliam o leque de colaboradores, em especial de assessores de imprensa e relações públicas. As estratégias para atrair a atenção dos *media* muda. E associações não governamentais como a Greenpeace ou Friends of the Earth souberam tirar partido dos cortes nas redacções. No caso da Greenpeace começando a oferecer vídeos às estações televisivas, que os passaram a usar em vez de enviarem um repórter de imagem ao terreno recolher imagens; no caso da segunda associação com o envio de fotografias para a imprensa (Anderson, 1993).

No final dos anos 80, voltou a verificar-se novo ímpeto no jornalismo ambiental (Friedman, 1991; Schmidt, 2003), tendo para isso também contribuído a realização da Cimeira da Terra, em 1992. Mas, embora o número de notícias sobre ambiente tenha aumentado muito entre 1988 e 1990, Friedman considera que a qualidade deste ramo jornalístico se manteve idêntica à verificada nos anos 70.

A autora destaca mesmo que, nos anos 90, os problemas continuavam a ser os mesmos dos anos 70: fronteira pouco clara entre o que é jornalismo ambiental e jornalismo político ou científico; falta de variedade de fontes, falta de profundidade científica e técnica e falta de grandes reportagens. Por outro lado, os jornalistas de ambiente continuavam a queixar-se das mesmas questões também: que a secção não era convenientemente coberta, que havia falta de espaço, tempo e pessoal e acusavam os outros jornalistas e editores de ignorância (Friedman, 1991).

É ainda no fim da década de 80 que surgem algumas publicações alternativas sobre ambiente, dirigidas a públicos especializados, como os cientistas, os activistas e os jornalistas. “Uma das razões para o aparecimento das fontes noticiosas alternativas foi que os grupos ecologistas, os grupos de cientistas e os próprios jornalistas começavam a estar frustrados com a insuficiente profundidade, alcance e rigor da cobertura ambiental dos meios comerciais” (Cox, 2006: 191).

O desastre de Chernobyl, em 1986, teve um enorme impacto no crescimento do movimento ecologista e no nível de preocupação sobretudo dos europeus. Nesta altura, as grandes revistas como *Time*, *Newsweek*, *Spectator* e até a *Business Week* faziam capas sobre perigos ambientais globais. Os Estados Unidos marcariam o compasso do enquadramento noticioso da cobertura de ambiente no mundo, e mais concretamente, nos *media* alemães, segundo refere o autor e jornalista do *Die Zeit*, Jürgen Krönig (Krönig, 2002).

Se no início, o ângulo noticioso que predominava no jornalismo de ambiente era o do conservacionismo e, a meio do século XX, era o dos riscos para a saúde e da justiça; nos anos 90 passam a ser os custos financeiros que marcam o enquadramento jornalístico (Sachsman, Simon et al., 2010).

Os desastres transnacionais e as cimeiras globais como a de Estocolmo, em 1972, ou do Rio, em 1992, contribuíram para intensificar as atenções no ambiente, sendo este actualmente considerado como fazendo parte da terceira geração dos direitos humanos, onde se concentram outros direitos com valores além dos civis e sociais, como o direito à auto-determinação, ao desenvolvimento social e económico, ao ambiente saudável, aos recursos naturais ou à equidade entre gerações e a sustentabilidade.

Essa importância terá sido, de resto, reconhecida pelos *media*. Nos anos 90, já quase todos os órgãos nacionais norte-americanos tinham pelo menos um jornalista especializado (Shabecoff, 2002). E as televisões também. A *CNN* até tinha um programa semanal (Wyss, 2007).

Nesta década, começam a surgir as publicações especializadas em ambiente na Internet: o *Environmental News Service*, criado em 1990, foi um dos pioneiros. Muitos destes *sites* especializados eram, porém, de acesso restrito. De acordo com Cox, estes *sites* e blogues desafiaram as teorias da comunicação sobre as funções de *gatekeeping* e de acção política; por isso, o autor sugere que os académicos têm de repensar quem controla o acesso (se é que alguém controla) às notícias e quem determina o que é noticiável (Cox, 2006).

Todavia, como refere Hansen (2010), muitos jornais foram tão rápidos a criar secções e a designar jornalistas especialistas no final dos anos 80, como depois a acabar com esse segmento à medida que o ambiente foi descendo na lista de prioridades políticas ao longo dos anos 90. Na origem desse declínio esteve, segundo o autor britânico, a recessão económica.

Mas Krönig acrescenta outros factores responsáveis pelo declínio do jornalismo ambiental nos anos 90, como o grau de aborrecimento inerente ao tema, o cinismo dos jornalistas e o excessivo alarmismo. Salientando que era cada vez mais difícil nas redacções os jornalistas verem as suas propostas de reportagens sobre ambiente bem recebidas pelos colegas e editores, Krönig refere que "alguns jornalistas passaram a considerar aborrecido seguir a maré e repetir frequentemente os mesmos avisos; começaram a escrever artigos que rebaixavam ou mesmo ridicularizavam as preocupações ecológicas globais" (Krönig, 2002: 6). Por outro lado, o permanente alarmismo com que os problemas ambientais eram tratados na Alemanha minou o movimento verde e a credibilidade do jornalismo de ambiente, de acordo com o autor. Krönig sustenta ainda que a capacidade dos jornalistas para lutarem por espaço para temas difíceis sobre o ambiente passou a estar enfraquecida, por se sentirem culpados pelo excessivo alarmismo gerado. Então, no caso alemão e talvez não só, os *media* puseram as questões ambientais para segundo plano, mas os problemas não diminuíram, nem desapareceram.

No caso americano, depois do 11 de Setembro de 2001, a informação sobre ambiente parece ter sido afectada pelo fluxo de informação sobre a guerra no Afeganistão e no Iraque (Friedman, 2003). Mas até em Portugal se assistiu a um declínio no número de notícias após 2000, como se verá adiante. E, pelo menos no caso americano, o corte de notícias foi acompanhado por corte de pessoal. Aqueles jornais que costumavam ter equipas de quatro repórteres especializados na cobertura de ambiente, agora passavam a ter só dois ou um (Bruggers, 2002).

Se já nos anos 90 a crise económica abalou o jornalismo de ambiente, de que forma terá a crise financeira que se alastrou pelo mundo a partir dos EUA, a partir de

2007/08 afectado este ramo da informação? Muitos têm sido os cortes nas redacções noticiados ao longo dos últimos anos. O jornalismo especializado em ambiente, porém, já estava a ser reduzido mesmo antes dessa crise financeira.

Qual passou a ser o lugar da cobertura de ambiente nas redacções actuais, entre as expectativas trazidas pelo *online* e a redução das páginas de papel?

1.2. Evolução do jornalismo de ambiente em Portugal

Enquanto a nível internacional, até aos anos 60, havia, como se viu, um predomínio da perspectiva conservacionista, em Portugal as notícias dos anos 50 e 60 sobre ambiente eram marcadas por uma forte componente ruralista, embora também se registassem algumas menções a marés negras (Schmidt, 2003). “Portugal, até aos anos 70, continuava convencido de que o país era lindo e que a pátria era perfumada como Jacinto a encontrava na ‘Cidade e as Serras’ ao entrar de comboio a caminho de Tornos”, considera Schmidt, referindo-se a uma das obras de Eça de Queirós (Schmidt, 1999: 3).

Antes do 25 de Abril, como em todos os outros temas, a informação internacional sobre ambiente era filtrada. “O Greenpeace, por exemplo, nunca teve direito a qualquer notícia”, mesmo no auge da sua visibilidade aquando a sua oposição ao nuclear em 1972 (Schmidt, 2003: 39).

Pese embora os temas ambientais tenham frequentemente uma forte componente local, a tese de mestrado de Fernandes mostra que, pelo menos no caso da Guarda e do Fundão, há também uma ausência de factos ambientais regionais na imprensa local entre 1965 e 1973 (Fernandes, 2006). As categorias de ambiente cobertas até então eram poucas: poluição, protecção das espécies da fauna e flora e criação de áreas protegidas (Barros e Sousa, 2010).

A seguir à Revolução de Abril, os temas que encheram as grelhas informativas dos noticiários passaram a ser outros e a cobertura ambiental na imprensa torna-se quase inexistente durante dez anos (Schmidt, 2003; Fonseca, 2010).

Durante décadas, de acordo com Luísa Schmidt, o registo televisivo não espelhava a realidade da poluição ambiental e do desordenamento do território. E, quando a televisão passou a destacar o ambiente, fê-lo muito mais pelos cenários exóticos estrangeiros do que pelos problemas nacionais, como o desordenamento. Schmidt explica ainda que houve um mimetismo que levou a que o aumento de políticas internacionais fizesse aumentar a visibilidade do ambiente na televisão, mas com um anacronismo nacional. A televisão portuguesa mostrava assim os problemas globais, mas não os nacionais, segundo a socióloga. O próprio discurso sobre ambiente era desarticulado: “o ambiente global, planetário e cosmopolita” e o “ambiente nacional, caseiro, autárquico, directamente ligado à trama das conflitualidades portuguesas” (Schmidt, 2003: 426).

Mas, mesmo assim, nos anos 80 surgiram novos temas nas notícias de ambiente, tais como os movimentos ecológicos, os estudos ecológicos, as tecnologias ambientais e a emergência do mercado verde. Isto porque também se passou a dar voz a novos actores como os cientistas, os ambientalistas e os empresários (Barros e Sousa, 2010).

Mas, a verdadeira eclosão do jornalismo ambiental português ocorreu na primeira metade dos anos 90, com a criação de secções próprias e a abertura do jornalismo ambiental para o mundo. Luísa Schmidt sustenta que tal se deveu ao surgimento das rádios locais e dos novos jornais de referência e ao arranque das televisões privadas. Barros e Sousa também destacam a noticiabilidade de eventos internacionais como a Cimeira da Terra e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ambas em 1992; e ainda a emergência de assuntos como a sustentabilidade e o aquecimento global. Mas Fernandes chama a atenção para o facto de o *Jornal do Fundão* ter sido precursor dessa tendência. “É de salientar o papel de vanguarda desempenhado pelo *Jornal do Fundão* que, antecipando o eclodir das questões ambientais decorrentes da adesão de Portugal à CEE, regista na primeira metade da década de 80, um incremento quantitativo no que diz respeito ao tratamento destas questões” (Fernandes, 2006: 191).

Curiosamente, embora a seguir à revolução de Abril a imprensa sensacionalista portuguesa tenha publicado mais notícias sobre ambiente, quando o ambiente começa verdadeiramente a ocupar espaço nas páginas de jornal, é a imprensa de referência que lhe dedica mais espaço (Fonseca, 2010).

Não terá sido por acaso, que a nível político, o ambiente também ganhou novo destaque nessa década, com as presidências abertas de Soares dedicadas ao tema, com a promoção da secretaria de Estado ao nível de Ministério (Ministério do Ambiente e Recursos Naturais). Se bem que, a criação de políticas públicas sobre ambiente tenha sido fortemente impulsionada anteriormente, aquando a adesão de Portugal à CEE e já existissem antes instrumentos de protecção, como a rede nacional de áreas protegidas (1976), as reservas agrícolas e ecológicas (1982 e 1983).

Também nessa altura se assiste ao crescimento do movimento associativista. A Liga para a Protecção da Natureza (LPN) já existia desde 1948. Mas, foi nos anos 80 que nasceu a Quercus e o GEOTA, duas das mais importantes associações ambientalistas portuguesas.

Todavia, o grande pico noticioso sobre ambiente ocorreu no ano 2000. A partir de então, e até 2005, o número de notícias sobre ambiente decaiu, mantendo-se, no entanto, superior ao que fora registado na década de 90 (Fonseca, 2010).

Por outro lado, no início dos anos 90, o fenómeno *online* entrara em Portugal, mas só na viragem do século é que ganhava maior relevância, passado de um fase meramente transpositiva dos artigos publicados em papel para a produção de conteúdos próprios para a *web*. Actualmente existem secções de ambiente na internet e o jornal *Público* até tem uma página autónoma – o *Ecosfera*. Poderá, então, ser interessante analisar como este fenómeno, aliado aos cortes nas redacções, tem afectado o tratamento do ambiente nas notícias.

1.3. Os estudos sobre o jornalismo de ambiente em Portugal

Embora o arranque do jornalismo ambiental se registe em Portugal nos anos 70, esta área não atraiu logo o interesse dos académicos, não se registando nesses anos

nenhum estudo sobre o tema. “Nessa década, os estudos limitaram-se ao campo das Ciências da Natureza e das Ciências Sociais. A partir de metade da década de 80 é que as investigações sobre comunicação ambiental, e mais especificamente acerca do jornalismo de ambiente, começaram a ser publicadas tanto no Brasil, como em Portugal” (Barros e Sousa, 2010: 13).

Mas foi depois nos anos 90 que se registou um pico de estudos sobre o jornalismo de ambiente. Esse maior escrutínio académico talvez tenha sido fomentado pelo crescimento das ciências da comunicação em Portugal em geral, mas também pela profusão da cobertura noticiosa do ambiente e pelo crescimento do destaque político e internacional, através de importantes cimeiras e conferências. Mesmo assim, a equipa de Barros, que compilou e comparou os vários estudos sobre jornalismo de ambiente em Portugal e no Brasil, acabou a incluir no *corpus* de trabalho apenas cinco trabalhos de referência portugueses: a análise da cobertura televisiva de Luísa Schmidt (Schmidt, 2003); o manual para os repórteres de ambiente de Ricardo Garcia (Garcia, 2004); a obra sobre os incêndios florestais de Vieira (Vieira, 2006); a tese de mestrado de Gonçalo Rosa sobre a associação ambientalista Quercus nas notícias (Rosa, 2004) e o artigo de Helena Freitas que questiona se os repórteres de ambiente serão uma espécie em vias de extinção (Freitas, 2007).

O olhar dos académicos não se detém, porém, nestes cinco trabalhos. Constatase que também já foram objecto de investigação outros aspectos, nomeadamente as alterações climáticas na imprensa. Rodrigues escreveu a sua tese de mestrado precisamente sobre a representação dessa problemática na imprensa portuguesa entre 1990 e 2005 (Rodrigues, 2008; Pereira, 2009). Um ano depois, Pereira defende uma tese de mestrado sobre o mesmo tema, mas analisando notícias do jornal *Público* e *Correio da Manhã*, do primeiro trimestre de 2007 (Pereira, 2009). Na verdade, os discursos e representações das políticas das alterações climáticas foram alvo de uma prolífica produção académica, entre 2005 e 2008, que ocorreu no âmbito de um projecto de investigação liderado por Anabela Carvalho da Universidade do Minho.

As notícias sobre transgénicos também já mereceram uma tese de doutoramento em que se analisou o tema de forma comparativa no jornal *Público* e *Folha de São Paulo* (Favorito, 2007).

Outra análise comparativa foi a de Fernandes, mas neste caso, a autora analisou o tratamento noticioso do ambiente como um todo na imprensa regional da Guarda e Fundão, entre 1965 e 1994 (Fernandes, 2006). Já a cobertura do ambiente como um todo na imprensa generalista entre 1976 e 2005 foi objecto da análise estatística de Fonseca (Fonseca, 2010). Através dos gráficos de Fonseca torna-se bastante perceptível, por exemplo, quando a imprensa portuguesa começou a dar mais e menos espaço ao ambiente, as diferenças de espaço entre a cobertura da imprensa sensacionalista e de referência.

Verifica-se, portanto, que a maior parte das abordagens científicas do jornalismo de ambiente tem privilegiado o método da análise de conteúdo, focando temas específicos, como os transgénicos ou as alterações climáticas, ou focando-se ainda na cobertura noticiosa por meios como a televisão, a imprensa regional e generalista. As fontes também já foram objecto de trabalho, mas apenas as de origem não governamental.

Dois trabalhos de cariz mais empírico lançam um olhar à profissão, assumindo, por isso, especial importância para este projecto de investigação. Um é o de Garcia que assume a forma de manual para jornalistas e estudantes; o outro é o de Freitas que é uma espécie de reflexão/debate em que se questiona o futuro da profissão. Mas nenhum dos dois procura descrever a fundo o trabalho do repórter de ambiente, traçar o seu perfil ou compreender o seu papel na transição da imprensa para o *online*.

Para além disso, dois inquéritos nacionais fornecem dados estatísticos que permitem compreender melhor os efeitos das notícias de ambiente na opinião pública (Almeida, 2000; Almeida, 2004).

Mas, havendo poucos estudos sobre o jornalismo de ambiente, há ainda muito terreno por investigar, até mesmo no campo das análises de conteúdo, pois há muitas áreas cobertas pelos jornalistas de ambiente como a biodiversidade ou as águas, que

parecem não ter sido ainda objecto de estudo no campo das ciências da comunicação. A cobertura do ambiente na rádio e no *online* carecem também do olhar dos académicos. As fontes dos jornalistas de ambiente, para além das associações não governamentais, nomeadamente os cientistas e assessores políticos e de agências de comunicação, também poderiam ainda vir a ser analisadas, quiçá até em perspectiva comparativa. E o repórter, assim como a organização onde trabalha são outras vertentes que carecem de estudos.

Para além disso, havendo também poucos estudos etnográficos dos jornalistas portugueses em geral, estudar o repórter de ambiente entre a imprensa e o *online* torna-se assim um ângulo interessante para melhor conhecer esta classe profissional. Ao estudar o profissional que reporta sobre o ambiente entre o papel e o *online* espera-se estar a contribuir para um melhor conhecimento da classe profissional em geral, dos modos de trabalho e organização; das relações internas entre editores e jornalistas, entre jornalistas generalistas e especialistas; e para uma melhor compreensão deste processo de transição nas redacções. E dessa forma crê-se estar a estimular o debate sobre a dicotomia entre jornalismo generalista e especializado; entre imprensa e *online*. Ao promover um melhor entendimento do que se passa na redacção, espera-se ainda facilitar a comunicação entre fontes e jornalistas, jornalistas e público, jornalistas e académicos.

2. Perspectiva conceptual e enquadramento teórico

O que é... o jornalismo de ambiente

2.1. Um jornalismo diferente dos outros?

Todos os dias, os jornalistas fazem selecções daquilo que é notícia através de valores que são relativamente consensuais entre a classe profissional e académicos: importância do acontecimento, interesse público e interesse do público, actualidade, novidade, entre outros. Contudo, uma notícia de ambiente pode não obedecer à maior parte desses requisitos e, no entanto, não é, por isso, que será menos pertinente. Mas, se aquilo que faz uma questão ambiental tornar-se notícia é algo que foge completamente aos valores tradicionais há, então, que considerar que o jornalismo de ambiente será diferente dos outros jornalismo.

Há, porém, outros aspectos na forma de cobrir o ambiente e até no próprio perfil destes jornalistas especializados que fazem com que escrever sobre ambiente seja diferente de escrever sobre ciência ou economia. “O jornalista de ambiente desenvolve rotinas que não se encontram com facilidade nos outros campos do leque mediático, sobretudo quando a matéria em causa implica o domínio de noções científicas” (Rosa, 2004: 5).

2.2. Multidisciplinarietà

Actualmente, escrever sobre ambiente pode ser escrever sobre o mundo, economia, hábitos e comportamentos, ciência, consumo, política ou até mesmo cultura e artes. O ambiente é um tema transversal a todas as secções dos *media* e acarreta uma grande dose de multidisciplinarietà. Até em secções menos óbvias, como desporto, se podem encontrar histórias de ambiente, como aquelas sobre o estado da relva de um estádio de futebol, antes do início de um grande torneio. “Quando se pensa nisso, actualmente há um ângulo ambiental para a maioria das histórias, seja sobre o desenvolvimento de propriedades, a guerra no Iraque ou até design de interiores, que

inclui questões sobre eficiência energética e sobre a origem das madeiras do mobiliário" (Hansen, 2003).

E se as histórias de ambiente podem ter tantos ângulos diferentes, será que o jornalista de ambiente tem de saber escrever uma peça de economia, ao mesmo tempo que escreve uma de internacional? Há um editor de ambiente ou será que os seus chefes são vários editores? Com efeito, as respostas poderão variar conforme a organização das redacções. Certamente é fácil notar como nalguns jornais, em dados momentos da sua história, as peças de ambiente têm secção própria, noutros aparecem em qualquer página. Essas diferentes formas de organizar o trabalho e a apresentação das notícias terão depois um impacto na comunicação sobre ambiente.

Por outro lado, sendo as histórias multidisciplinares, isso também quer dizer que praticamente qualquer repórter pode ter de escrever sobre ambiente. Michael McCluskey analisou 498 notícias de nove jornais nos Estados Unidos e concluiu que a origem do repórter pode, efectivamente, afectar a forma como determinada história de ambiente é tratada. O autor destaca que embora já exista muito trabalho académico na área da análise de conteúdos, nomeadamente sobre padrões no tratamento noticioso; pouco se sabe sobre como uma mesma história pode variar em função de quem é destacado para a cobrir. Ou seja, McCluskey salienta que poucos académicos têm estudado o conteúdo das histórias em função da origem dos repórteres. Acrescenta, porém, que as histórias de ambiente cruzam frequentemente várias secções, permitindo, por isso, comparações directas entre jornalistas de diferentes secções.

“Considere-se, por exemplo, uma manifestação em que os activistas protestam contra uma nova construção. Os repórteres de ambiente, com conhecimento dos potenciais efeitos sociais e ambientais da nova construção naquele local, poderão pensar em fazer uma história sobre a degradação ambiental. Os repórteres de crime poderão interpretar a manifestação como uma perturbação das normas sociais. Os repórteres de economia poderão querer focar as ramificações económicas do projecto. Esta variação nas interpretações por especialidades noticiosas podem assumir a forma de divergências no julgamento noticioso”. (McCluskey, 2008: 84)

Não haverá certo ou errado, melhor ou pior ângulo, simplesmente perspectivas diferentes. Contudo, constantemente imerso em temas multidisciplinares, e no meio da batalha pelo espaço nas páginas de jornal onde não cabem todos os ângulos, o repórter de ambiente poderá, por vezes, ter dificuldade em conseguir abordar o seu ângulo. Já no *online* o espaço é infinito, embora o tempo de trabalho do jornalista seja limitado. Como estará o jornalista de ambiente a explorar esse potencial?

2.3. Tempo - Processos longos

Um dos motives para convencer a população em geral a adoptar comportamentos a favor do ambiente costuma ser o das gerações futuras: ‘Se não for por vós, que seja pelos vossos filhos e netos’. Ora, por muito apelativo que este mote possa ser para as campanhas de sensibilização e para a publicidade, não o será muito para os jornalistas que trabalham com o imediato.

“As notícias de ambiente, tal como qualquer outra notícia, procuram dar conta daquilo que é novo ou diferente. Daí que focalizem apenas alguns pontos altos das alterações do meio em que vivemos, e não as alterações em si, à exacta medida em que elas vão ocorrendo. Estes pontos altos geralmente emergem de situações episódicas: uma maré negra recoloca na agenda a questão perene da poluição marítima; uma conferência internacional sobre o clima também alerta os *media* para o problema do aquecimento global. Da mesma forma, a divulgação de um estudo científico ou de um relatório de uma organização não-governamental é capaz de sensibilizar os jornalistas para problemas que já vêm de trás e que se projectam no futuro. Passado o momento, no entanto, os mesmos problemas podem cair no esquecimento, até que um novo evento justifique que eles voltem à ribalta” (Garcia, 2004: 23).

Também a equipa de Sachsman destaca que embora alguns acontecimentos ambientais saltem logo para a arena da discussão pública, de tão grandes ou importantes que são; no que concerne os problemas crónicos onde não existe um acontecimento evidente, as pessoas parecem prestar menos atenção. Ou seja, um rio que tem níveis de poluição altos, mas constantes, não captará tanta atenção como um

rio que era limpo e, de repente, foi vítima de uma descarga tóxica, ainda que os níveis de poluição possam ser idênticos ou mesmo inferiores.

Arranjar espaço para esses temas, desprovidos do gancho noticioso óbvio (como se costuma referir em jargão jornalístico a técnica narrativa que visa captar o interesse do público para a notícia), torna-se assim um desafio para muitos jornalistas de ambiente. O gancho noticioso pode ser o evento em si, mas também uma efeméride, o lançamento de um estudo científico, um pseudo-evento como uma conferência de imprensa ou o alerta de uma associação ambientalista. Mas convencer os editores a darem tempo para a investigação de uma peça ou espaço à sua publicação quando não há nenhum gancho noticioso poderá revelar-se, nalguns casos, um verdadeiro desafio. No entanto, por vezes, é desses desafios que nascem as grandes peças de investigação jornalística.

2.4. Incerteza científica e complexidade técnica

Quando há uma cheia, uma seca, uma onda de calor, um tornado é tentação de muitos jornalistas procurarem um cientista para fazerem a pergunta do momento: é isto fruto das alterações climáticas? A resposta é invariavelmente a mesma: o modelo das alterações climáticas não nos diz se certa onda de calor é consequência do aquecimento global, apenas nos diz que vamos ter cada vez mais fenómenos extremos. Que resposta pouco atraente para a maioria dos jornalistas.

A incerteza científica e a complexidade técnica são dois outros elementos que caracterizam os assuntos ambientais, de acordo com Garcia (2004). A informação de ambiente não só é complicada por envolver uma multidisciplinaridade de temas, mas por que o próprio assunto acarreta, por vezes, uma complexidade científica e técnica.

Perante estes dois aspectos, o jornalista especializado parece assumir um papel fundamental na decodificação do discurso científico para o público em geral (no caso do jornalismo generalista, em que se gostaria de focar esta investigação). Contudo, por vezes, as incertezas e os assuntos complicados encaixar-se-ão dificilmente no discurso jornalístico que dá primazia a factos, clareza e linguagem simples.

“A comunicação social muitas vezes ignora as ambiguidades científicas dos temas ambientais, dando por certo aquilo que é incerto” (Garcia, 2004: 24). Essa simplificação da complexidade a que o discurso noticioso obrigará poderá eventualmente levar a afirmações incorrectas e imprecisas, inimigas do bom jornalismo.

O ambiente é uma área difícil de cobrir porque alia temas científicos altamente especializados aos mais variados domínios do conhecimento, como a política ou economia.

As fontes podem ajudar a compreender assuntos complexos e multidisciplinares, mas o jornalista também deverá ter a capacidade de decodificar certos assuntos de modo a saber fazer as perguntas certas e a procurar as notícias que estão escondidas, por exemplo, nos documentos.

Todavia, “os cortes de pessoal nos meios generalistas implicam que haja cada vez menos repórteres de ambiente especializados e cada vez mais generalistas que não percebem informação técnica” (Sachsman, Simon et al., 2010: 14).

Isso poderá levar a que certas notícias de ambiente nunca cheguem às páginas de jornal por passarem despercebidas nas redacções. Eventualmente esta poderá até ser uma das muitas causas de uma certa uniformização da agenda jornalística. Por outro lado, as notícias podem ser publicadas, mas mal contadas, por, na falta de conhecimentos especializados, não terem sido bem compreendidas.

Outro problema que a incerteza e complexidade podem causar é a necessidade de mais espaço ou tempo de antena, conforme os meios. Pode nem sempre ser fácil conseguir esse espaço ou tempo extra. Alguns editores poderão não perceber por que uma peça de ambiente precisa de mais espaço que uma de desporto, sobretudo quando aparentemente o assunto é difícil e aborrecido. “Um repórter a cobrir, digamos, baseball não tem de definir um *home run* em cada artigo, mas um repórter a cobrir clima tem quase sempre de lembrar os leitores o que são os gases com efeito de estufa. Isso ocupa espaço” (Downs, 2008).

Esta necessidade de simplificação aliada à falta de espaço encaixa-se, de resto, com as tendências do jornalismo contemporâneo descritas por Patterson. O autor

sustenta que as notícias são hoje mais sensacionalistas – focadas no crime e em desastres – e mais deprimentes e negativas pela procura do escândalo e do insólito. É importante notar, porém, que uma tendência que parece ter sido precipitada por uma vontade de aumentar as receitas, pode estar a ter o efeito contrário. “As notícias leves e o jornalismo crítico podem estar a apressar a queda da audiência de notícias” (Patterson, 2003: 20).

2.5. Fontes e contraditório

Poder-se-á pensar que, perante as incertezas, a solução resida no contraditório, mas “uma boa cobertura do ambiente não consiste apenas em reportar sobre o que um cientista diz e encontrar um cientista que discorde e reportar sobre o que esse diz. Quando entrevistam fontes, os jornalistas de ambiente precisam de estar aptos a avaliar como a informação que lhes está a ser transmitida deve ser destacada no contexto da história” (Bruggers, 2002). Esta será, porventura, uma das principais diferenças entre os jornalistas especializados em ciência e ambiente e os jornalistas generalistas.

“Para um jornalista, nesta altura do campeonato, dar igual ou mais destaque àquele cientista solitário com credenciais suspeitas é, na minha opinião, tomar partido no debate”, considera Friedman citada por Cox, a propósito dos cientistas que ainda hoje se opõem à teoria das alterações climáticas porque serão a excepção entre o consenso cientificamente já estabelecido (Cox, 2006).

Molotch e Lester sustentam que as fontes oficiais têm acesso privilegiado aos meios de comunicação, ao contrário das fontes com poucos recursos. Mas, no caso português, a situação da Quercus parece contrariar essa visão. Segundo a investigação de mestrado de Rosa, rara é a notícia de ambiente que não tenha a voz de uma organização não governamental, e geralmente essa é a voz da Quercus (Rosa, 2004).

Embora, nos anos 90, os jornalistas de ambiente colocassem a credibilidade das informações das associações não governamentais em causa, a cobertura mediática das suas acções foi aumentando. De acordo com Alison Anderson, isso devia-se ao facto de

os editores acreditarem nas informações vindas destas fontes e de as publicarem, muitas vezes, sem consultar os jornalistas especialistas (Anderson, 1993).

Da análise de Hansen à cobertura de acções da Greenpeace na imprensa inglesa fica a ideia de que a credibilidade atribuída à associação terá sido um dos factores que levou ao seu crescimento em termos mediáticos. Essa credibilidade teve a ver com o facto de a ONG se associar a trabalhos científicos para sustentar as suas campanhas (Hansen, 1993).

Muitos dos jornalistas entrevistados por Archibaldi, na sua investigação para a tese de doutoramento, também sustentam que as histórias de ambiente não se encaixam na cobertura típica do jornalismo diário e dizem, por isso, que deviam ser tratadas como projectos especiais (Archibald, 1996).

Como desde o início das ciências da comunicação e do jornalismo tem sido mencionado por vários autores, a objectividade pura não existe. Uma das questões que se podem colocar ao caso do jornalismo de ambiente, é até onde deve ir o envolvimento da subjectividade do repórter na cobertura do ambiente? Quando se está perante um direito humano e, mais que isso, um elemento intrínseco à vida dos humanos na terra, onde fica a fronteira da independência jornalística no tratamento das questões sobre a natureza?

Quando um jornalista escreve sobre alterações climáticas, deverá dar o mesmo destaque àquela facção, cada vez mais pequena, de cientistas que continuam a alegar que o aquecimento global não existe? Será a isso que o dever de equidistância obrigará? Ou deverá o repórter assumir que o aquecimento global é uma realidade, tomando assim uma posição sobre o assunto, e nem dar voz àqueles que continuam a refutar essa tese?

“Depois vem a crítica de que nem todas as questões tem múltiplas perspectivas válidas. Por exemplo, a maioria dos biólogos conservacionistas arrepiam-se ao lerem citações de fontes que questionam que o clima da terra esteja a mudar. No entanto, enquanto cidadãos é-nos incutido desde tenra idade a ideia de que dar igual tempo de

antena a diferentes perspectivas é a essência da imparcialidade” (Fleishman, 2002: 1452).

Terão todas as fontes do jornalista de ambiente o mesmo valor? Qual o critério que levará o jornalista a valorizar mais umas fontes em detrimento de outras? Será que o jornalista de ambiente deve, ao contrário dos seus colegas, tomar uma posição ideológica nessa tomada de decisão?

Quiçá seja esta vertente ideológica subjacente ao trabalho do jornalista de ambiente que leve a que muitos vejam o jornalista de ambiente como “alguém que dá sermões”, segundo Christy George, jornalista sénior e ex-presidente da Society of Environmental Journalists, por oposição, por exemplo, ao de economia como “alguém que promove negócios”. Com efeito, “existe um choque evidente entre os interesses dos negócios e a forma como a natureza funciona” (George, 2002). Algo que nos remete mais uma vez para a questão da transversalidade do tema.

2.6. Ideologias e objectividade

Jornalismo de ciência e ambiente têm muito em comum. Ambos lidam com incertezas, complexidade e multidisciplinariedade. Mas, no caso do ambiente há outro aspecto a ter em conta: a questão das ideologias.

Independentemente da percepção que cada um possa ter sobre as suas ideologias ambientais, todos têm um sistema de crenças sobre a natureza que fornece sinais sobre qual é o lugar de cada um no mundo não humano. E “toda a comunicação sobre ambiente é gerada por um complexo e envolvente sistema de crenças sobre o mundo natural” (Corbett, 2006: 12). No caso do jornalismo, as ideologias sobre a natureza podem funcionar como lentes sobre as quais o jornalista de ambiente percebe a realidade. Poder-se-ia argumentar que a questão das ideologias afecta todos os repórteres. O jornalista de política pode ter ou não um partido no qual se reveja, mas à partida terá sempre uma ideologia na qual acredita, assim como o de religião ou o de desporto.

“Deverá um jornalista de economia declarar se ele ou ela é capitalista de modo a ter credibilidade?” - questiona o jornalista Peter Thompson, entrevistado pelo grupo de trabalho de Sachsman. E continua: “Deverá um jornalista de política não ter opinião sobre as vantagens da democracia por oposição à ditadura? Deverá um jornalista de crime não se preocupar com o que é o bem e o mal? (...) E, no entanto, na nossa secção estamos constantemente sob pressão, até dentro da redacção, para afastar qualquer preocupação ou valor associado com o que cobrimos. O que se passa aqui?” (Sachsman, Simon et al., 2010: 117).

A investigação académica sobre o jornalismo ambiental e o de ciência e saúde tem abordado ocasionalmente a noção de que este tema noticioso é diferente dos outros e que os jornalistas e editores têm um tratamento parcial mais frequentemente e que são mais críticos do *status quo*, que os jornalistas de política ou de justiça. “Mas a atitude positiva dos jornalistas de ambiente em relação aos grupos de pressão não se manifesta numa presença mais acentuada desses grupos como definidores da cobertura noticiosa. Todos os estudos têm mostrado que a cobertura das questões da natureza não difere da cobertura de outro tipo de questões ou problemas em termos de orientação das fontes ou definidores primários” (Hansen, 2010: 82).

Mesmo assim, Corbett salienta, contudo, que as ideologias sobre ambiente são muito mais profundas que todas as outras. As pessoas costumam pensar no ambiente como algo que está lá, pelo qual se pode lutar, destruir, preocupar ou não. Mas a autora alega que é muito mais que isso. Diz que é algo que faz parte de nós porque para viver precisamos da água que bebemos, do ar que respiramos e do *habitat* onde crescem os alimentos que comemos. Já de política e religião, embora nem todos concordem, muitos argumentariam facilmente que não são essenciais à sobrevivência humana.

As ideologias ambientais, de acordo com a autora, podem ir de uma visão antropocêntrica e utilitária, onde se situa o conservacionismo e preservacionismo, a uma concepção ecocêntrica, de reverência pela natureza como uma entidade própria, de onde os direitos dos animais e as culturas orientais e dos índios nativos americanos

se aproximam mais. “Perceber as crenças ambientais e como se formam é essencial para se perceber e analisar mensagens ambientais” (Corbett, 2006: 14).

Já nos anos 90, quando o jornalismo ambiental começava a ocupar maior lugar de destaque nas redacções, a independência do jornalista de ambiente era posta em causa num encontro da Society of Environmental Journalists (à data a maior associação profissional destes repórteres nos Estados Unidos). O aumento da cobertura do ambiente foi desde logo acompanhado por um aumento de críticas à mesma. Os jornalistas de ambiente eram, assim, criticados por não serem isentos e deixarem uma tendência de esquerda afectar o seu trabalho. “E será que um jornalista pode ser ambientalista e, ao mesmo tempo fazer o seu trabalho como repórter? Esta questão foi levantada e debatida em vários painéis, surgindo um amplo leque de opiniões. Shaebecoff disse que há espaço para advocacia [no sentido inglês da palavra *advocacy*] no jornalismo de ambiente se esta for feita de forma aberta e não escondida atrás de um editorial” (Chepesiuk, 1993).

Se formos comparar hoje com há 20 anos, o jornalista que cobre o ambiente e o público em geral parecem ser mais verdes e ambientalistas nalgumas questões, pelo menos aos olhos dos porta-vozes da indústria. Estes poderão até argumentar que essa tendência pró-ambiente dificulta a exposição do seu ponto de vista.

Efectivamente, parece existir consenso sobre o jornalista de ambiente ser cada vez mais verde. Contudo, ainda que haja alguns estudiosos que sustentem que essa aproximação de um dos lados possa afectar a cobertura do ambiente (Sachsman, Simon et al., 2010); a maioria sustenta que tal não afecta a cobertura noticiosa mais que noutras secções do jornalismo (Chepesiuk, 1993; Hansen, 2010). E o que pensarão os jornalistas de ambiente? Como lidarão eles com esta questão?

Falar de ideologias na informação é falar de objectividade. E esse é um tema frequentemente discutido pelos jornalistas. No caso do jornalismo de ambiente temos aqueles que sustentam que o jornalista deve ser neutro e aqueles que defendem que o jornalista tem o dever de educar a população de forma activa (Detjen, 2002).

Na sua tese de mestrado, Ryan Randazzo avança com várias explicações para os diferentes graus de objectividade presentes na cobertura ambiental: “A parcialidade no jornalismo ambiental tem muitas causas, incluindo a forma como os jornalistas vêem o seu trabalho, o sistema que cria conflitos entre políticos e cientistas, a forma como os jornalistas enquadram as questões e como os grupos enquadram as questões” (Randazzo, 2001: 12).

Mas outras explicações avançadas por Randazzo têm que ver com as diferentes fases de cobertura ambiental. Citando Dumonoski, Randazzo explica como o cepticismo em torno de certo problema ambiental vai crescendo ao longo do tempo. Essa é a razão que leva o autor a sustentar que os artigos publicados no fim do ciclo da cobertura ambiental “poderão ter um preconceito anti-ambiental por causa do crescente cepticismo em torno da questão” (Randazzo, 2001: 11). Por outro lado, como já se referiu, os jornalistas de ambiente são frequentemente vistos como pró-verde. Randazzo afirma que acabam mesmo muitas vezes por assumir o papel de ambientalistas. “Vêem-se a si próprios como detentores do destino do mundo através do seu trabalho. Esta noção de dever tem levado muitos a apoiarem as causas” (Randazzo, 2001: 12).

Também Schoenfeld, já em 1980, enquadrava o jornalista de ambiente como missionário, numa cruzada pelo ambiente em si mesmo e não pelo governo ou outra fonte, sentimentos que não se assemelham aos do ritual de objectividade, mas aos de quem escreve por uma causa, embora também dissesse que sem análise de conteúdo não era verdadeiramente possível verificar essa ideia (Schoenfeld, 1980).

Randazzo, porém, na sua análise, não encontrou qualquer diferença em termos de parcialidade nos artigos impressos e *online*, o que o leva a concluir que os jornalistas estão a fazer um bom trabalho ao tentarem enquadrar as questões. Apenas encontrou parcialidade nos artigos que incluíam um conflito. Nesses, frequentemente, os jornalistas davam mais voz a um dos lados.

Através das entrevistas que fez para a sua tese de doutoramento, também Archibaldi chega à conclusão de que os jornalistas de ambiente se esforçam tanto como

os outros por tratar os assuntos com o maior grau de objectividade possível. A maioria dos entrevistados manifestou ter interesse pessoal pela natureza e ambiente, embora poucos tenham dito ter convicções ambientais fortes, no entanto, mesmo esses asseguraram que isso não afectaria a objectividade com que trabalham (Archibald, 1996).

No entanto, a ideia de que os jornalistas de ambiente são ambientalistas já assumiu tais proporções que a Society of Environmental Journalists (SEJ) chegou a fazer *t-shirts* com a seguinte mensagem: “*We are not environmentalist journalists. We are reporters who cover the environment*” (“Nós não somos jornalistas ambientalistas. Nós somos repórteres que cobrem o ambiente”).

Procurar a imparcialidade quando se escreve sobre ambiente não será sempre uma tarefa óbvia e conduzirá, por vezes, a uma relação desigual com as fontes como já se viu.

“Associações ambientalistas, por exemplo, parecem estar sempre correctas, uma vez que defendem uma causa incontestável. Interesses privados e governos, por outro lado, posicionam-se mais na frente contrária, onde antes da pura defesa do ambiente, reinariam ambições empresariais e políticas, ou pelo menos assim nos faz crer o senso comum. Esta visão de certa forma maniqueísta leva a que os jornalistas tendam a acreditar mais nos primeiros e a desconfiar mais dos últimos, e conduz a que as notícias mais facilmente retratem o ambiente colectivo ameaçado por interesses pessoais, e muito menos o contrário, ou seja, interesses particulares prejudicados pela acção de organizações não-governamentais, cujos exageros e erros são muitas vezes ignorados” (Garcia, 2004: 27).

Ken Edelstein do *Columbus Ledger-Enquirer*, um dos entrevistados na investigação de Archibaldi, levantou uma outra questão pertinente: “Embora a justiça e um certo grau de objectividade sejam importantes”, disse. “Eu penso que também é importante contar a verdade” que frequentemente está mais num lado do que no outro, e nem sempre onde se possa pensar” (Archibald, 1996: 136).

Wyss salienta que os jornalistas aprendem que devem ir além da cobertura de citações, que devem procurar acrescentar contexto, interpretação e análise às peças

noticiosas, ainda que na prática possam nem sempre ter tempo para o fazer. E sustenta que os jornalistas de ambiente também acreditam que têm de ser tão justos e objectivos como os outros repórteres. Mas diz que estes profissionais têm mais um problema: se são ambientalistas. Wyss explica que a complexidade e multidisciplinaridade que caracterizam o jornalismo de ambiente faz com que estes repórteres tenham mais frequentemente de recorrer à interpretação e análise. As exigências serão tão intensas, diz, que, por vezes, ou passam por cima das normas éticas ou têm de as ignorar (Wyss, 2007).

Por outro lado, os meios alternativos são frequentemente mais verdes. Wyss menciona inclusivamente a existência do conceito de jornalismo sustentável, que se terá inspirado na génese do jornalismo público ou jornalismo cívico. Este consistiria numa simbiose entre o jornalismo mais convencional, que advoga o rigor, e uma perspectiva educacional, em que se dariam pistas ao público sobre as melhores formas de balançar as actividades económicas de modo a respeitar a natureza. Fundar-se-ia num diálogo com o público, ao jeito do jornalismo cívico, e estabeleceria uma ponte entre a objectividade e o apoio de causas (*'advocacy'*). Esta corrente foi primeiro proposta por Carl Frankel e depois continuada por Jim Detjen, director do Knight Center para o Jornalismo Ambiental na Universidade do Michigan. “A ideia é admirável, pelo menos na ambição de mobilizar os jornalistas para longe do entretenimento em direcção a uma discussão com mais substância dos problemas que estão a perturbar o mundo. No entanto, tal como o jornalismo público, as perspectivas de seguir em frente continuam em dúvida” (Wyss, 2007: 242).

2.7. Histórias invisíveis

“O meu corpo pingava suor e chuva enquanto eu tremia na escuridão do pré-amanhecer na floresta das nuvens na Guatemala. A escalada de uma hora e 300 metros às escuras tinham testado a minha estamina e nervos. Agora estava ofegante por causa do ar rarefeito no meu poleiro a 2100 metros, ou talvez pelo alívio de estar a salvo no poiso fotográfico provisório, a salvo da lama escorregadia, dos chamamentos das criaturas da noite. Estava à espera do amanhecer quando a fugidia ave nacional da Guatemala, o resplandecente quetzal, começaria a alimentar a cria no ninho que estava na árvore à minha frente.

Esperiei. Lentamente as formas da floresta das nuvens surgiam na neblina cinzenta da alvorada. Esperiei. As cores das orquídeas surgiram aos poucos. Esperiei. O meu estômago rugia, e comi as caseiras e frias tortilhas de milho. Após três horas sem quetzal comecei a ficar preocupada. Após cinco horas, estava deprimida. Após oito horas, desisti. As aves tinham-se ido embora. A cria tinha com certeza sido alimentada nas 24 horas depois de construirmos o nosso poiso. Assim que a cria voa, os adultos deixam o ninho também. Semanas a explorar as montanhas da floresta das nuvens em busca de ninhos e cinco noites a construir aquele poiso, sem perturbar as aves, para nada. Tinha várias fotos das aves, mas faltava-me a foto do quetzal a dar comida, a que iria tocar na imaginação do público. Passaria os próximos dias à procura de outro ninho e, se tivesse sucesso, várias noites a construir outro poiso.

Tinha feito tudo bem e, no entanto, as minhas tentativas falharam” (Fobes, 2002: 56).

A preparação de dias e a espera de horas que a fotojornalista, especializada em fotografia da natureza, Natalie Fobes descreve não se encaixa geralmente na máquina do tempo dos jornalistas. E, embora difícil, um quetzal ainda é fotografável, porém como se pode filmar ou fotografar o ozono, a perda da biodiversidade ou a poluição sonora? Para além de muitos problemas ambientais serem processos longos e que fogem a muitos dos valores-notícia tradicionais, como se viu, a escassez de imagens também se pode transformar num forte entrave à sua noticiabilidade, sobretudo nos meios em que a imagem tem um peso maior como a televisão. As histórias de ambiente são frequentemente histórias com um forte grau de aparente invisibilidade.

Muitas histórias de ambiente podem dar imagens espectaculares, como as dos fogos a consumir floresta junto a populações ou das aves marítimas envoltas em crude. Mas “enquanto algumas questões ambientais estão associadas com eventos espectaculares e dramáticos – e, por isso, noticiáveis – muitas questões ambientais caracterizam-se pela sua invisibilidade” (Hansen, 2010: 95).

2.8. O valor do risco

Alguns cientistas sustentam que os repórteres deviam adoptar o risco como um requisito das notícias ambientais. Dizem que o único valor jornalístico que realmente importa, em termos científicos, é a consequência. No entanto, segundo Sachsman, os

repórteres parecem aplicar os mesmos requisitos ao jornalismo de ciência que aplicam às notícias de Hollywood e de desporto.

Assim, apesar de muitos problemas ambientais apresentarem riscos científicos e sociais, este é um ângulo que ainda não predominará na cobertura ambiental. De acordo com um projecto da Rutgers University, realizado entre 1985 e 1990, citado por Sachsman, o risco devia ser um valor notícia importante e a ter em conta. Mas no âmbito desse projecto tiveram pouco sucesso a convencer os jornalistas a adoptar esse novo valor no meio dos outros. Então, depois direccionaram o projecto para as fontes, educando-as sobre como salientar o risco aos jornalistas.

Como já se viu, o movimento ambientalista começou por ser conservacionista sob a influência de John Muir. Nos anos 60, com o nascimento do movimento ambientalista moderno impulsionado pela obra de Rachel Carson, passou a basear-se no risco para a saúde e na justiça ambiental. Contudo, nos anos 90, foi a noção dos custos que passou a ter grande destaque na cobertura do ambiente. Mas Sachsman sustenta que a maioria dos jornalistas a cobrir o ambiente nunca adoptaram realmente o risco como um valor notícia. E que continuaram a cobrir a área usando os padrões tradicionais de actualidade, proximidade, interesse humano, importância, e consequência (mais o custo e conveniência e dramatismo visual no caso das televisões).

Por outro lado, é neste nicho que também se encontram algumas das histórias visualmente mais espectaculares como o derrame de crude no Oceano que deixa o golfinho a definhar. Para uma área que nem sempre tem imagens para mostrar ao público, esse pode ser um aspecto a ter em conta, quando se analisa o funcionamento da cobertura ambiental.

O ângulo do risco poderá, todavia, comportar outros problemas, nomeadamente aumentar o nível de alarmismo e sensacionalismo. Relembre-se que Krönig sustenta que, no caso alemão, foi o excessivo alarmismo do tratamento noticioso do ambiente, no final dos anos 80, um dos factores responsáveis para o seu declínio nos anos 90. O autor salienta ainda que, mesmo já no século XX, a capacidade dos jornalistas para lutarem por espaço para temas difíceis sobre o ambiente estava enfraquecida, por se

sentirem culpados pelo excessivo alarmismo gerado anteriormente. Contudo, também destaca que o alarmismo pode ter uma função importante, contribuindo para a tomada de consciência dos problemas que inegavelmente existem. "O alarmismo pode aumentar a sensibilidade" (Krönig, 2002: 9).

"Em maior ou menor grau, todas as questões ambientais envolvem um valor de risco. Umas são mais ligeiras que outras. Outras implicam um pior presságio. Outras são mais emocionais. E outras são mais locais e enquadradas por interesses especiais" (Prato, 1991: 57).

No entanto, a definição de risco dos cientistas e a percepção do risco do público nem sempre correspondem. Serão os *media* responsáveis pela visão distorcida do risco?

"Actualmente, a percepção do público sobre os riscos ambientais geralmente difere da realidade científica, e por vezes, até bastante. Por exemplo, o público acredita que as toxinas de locais com resíduos perigosos, a radiação das centrais nucleares e a poluição de derrames de crude são grandes riscos ambientais, apesar de os especialistas científicos os considerarem como relativamente baixos. De forma correspondente, os especialistas consideram o aquecimento global e a destruição dos *habitats* através da erosão dos solos e da desflorestação como altos riscos ambientais, mas o público percebe estes como baixos riscos" (Prato, 1991: 59).

Independentemente de o risco poder vir a ser mais ou menos adoptado pelos jornalistas como um valor-notícia, gerar mais ou menos alarmismo, contribuir mais ou menos para a boa cobertura ambiental, é um elemento que deve ser tido em conta, quando se estuda o jornalismo de ambiente.

2.9. *Beat* pouco valorizado

Já se viu que o ambiente pode ter secção própria ou não e que o jornalista especializado pode dedicar-se mais ou menos exclusivamente a este tema. No entanto, independentemente de como a redacção organiza a cobertura do ambiente, a percepção que os colegas e chefias têm desta secção ou sub-secção acaba muitas vezes por ser pejorativa (Shabecoff, 2002; Ward, 2002). Mas a forma como as chefias encaram

a importância do ambiente no jornalismo poderá ter um impacto decisivo no espaço e tempo a consagrar à sua cobertura.

Ao testar a hipótese de os editores serem uma barreira à cobertura do ambiente, a equipa de Sachsman verificou que os principais constrangimentos do jornalista de ambiente são os mesmos que os dos outros jornalistas – o espaço para as peças e o tempo. A meio da tabela, no oitavo lugar de dezassete, surgiam os editores.

“Os jornalistas com editores que os apoiavam mais, tinham menos probabilidades de dizer que estes constituíam uma barreira à cobertura do ambiente. Mas enquanto nove dos doze repórteres encaravam os seus editores desinteressados como uma barreira, três não o faziam. E dezasseis dos jornalistas com editores pró-ambiente disseram que os seus editores eram, por vezes, uma barreira à cobertura do ambiente. Jornalistas com editores que os apoiavam mais tinham menos probabilidades de dizer que o espaço para as notícias era uma barreira à cobertura, sugerindo que talvez tivessem mais sucesso a pôr as suas histórias no papel e na televisão, graças ao apoio dos seus editores. Os jornalistas com editores que os apoiavam tinham feito mais formação desde que se tornaram jornalistas. Esses jornalistas também diziam mais vezes que a política editorial da organização noticiosa era um aspecto importante do trabalho naquela organização. Por fim, os jornalistas de Nova Inglaterra com editores que os apoiavam diziam mais vezes que a sua organização noticiosa fez um bom ou excelente trabalho a alargar o conhecimento do público sobre as questões ambientais” (Sachsman, Simon et al., 2002: 432).

Esse mesmo estudo mostra depois como a autonomia do jornalista de ambiente de Nova Inglaterra, nos Estados Unidos, decaiu de 1996 para 2000.

Mesmo assim, quando o jornalista de ambiente consegue superar esses constrangimentos e publicar a história, esta pode acabar por ser tratada de forma “negligente”, de acordo com a jornalista do *San Francisco Chronicle*, Jane Kay, em entrevista a Brian Howard. “Ela sugere que uma das razões pode ser porque estas histórias não se encaixam no modelo tradicional de *breaking news*” (Howard, 2005).

“Ser rotulado de ‘repórter verde’ por um colega da redacção é para muitos um insulto” (Ward, 2002: 1). De tal forma que a cobertura ambiental foi classificada por

muitos jornalistas e editores de língua inglesa que não escrevem sobre ambiente de ‘dbi’, acrónimo que quer dizer ‘*dull but important*’ (aborrecida mas importante).

Ora, quando falta dinheiro nas redacções e chega a hora de fazer cortes, a forma como determinada secção é vista pelos colegas e chefias poderá ter um efeito determinante nas decisões a tomar. E os jornalistas de ciência (que acabam a ficar com o *beat* quando os de ambiente são afastados) não terão a mesma sensibilidade para o tema, segundo Krönig. A propósito do caso dos organismos geneticamente modificados, o autor diz que os jornalistas de ciência aceitam os resultados científicos mais facilmente, não questionando tanto os possíveis impactos ambientais (Krönig, 2002).

O ex-jornalista de ambiente do *The New York Times*, Shaebecoff, relata como a perspectiva que os editores têm o acabou por afastar da secção e do jornal.

“Próximo do final dos anos 80, comecei a ouvir queixas dos editores sobre a minha cobertura, a maior parte delas do editor de notícias nacionais, cuja experiência anterior à sua promoção para aquele cargo era de jornalismo económico. Disseram-me que me tinha aproximado demasiado das minhas fontes no movimento ambientalista e que a minha cobertura focava demasiado as ameaças ao ambiente. O chefe de redacção de Washington avisou-me que ‘Nova Iorque’ sentia que eu escrevia demasiado sobre como a actividade económica estava a causar danos ao ambiente e não o suficiente sobre como o custo das regulamentações ambientais estava a afectar a actividade económica. Curiosamente, quando eu cobria a economia nacional, ninguém me criticou por não escrever como a actividade económica estava a afectar o ambiente. Nas minhas funções anteriores, tinham-me confiado algumas das mais importantes e sensíveis secções do jornal [foi correspondente estrangeiro e cobriu a Casa Branca na altura do Watergate]; agora a minha abordagem era questionada” (Shabecoff, 2002).

Já se viu como o conceito de objectividade e o uso das fontes é algo diferente no jornalismo de ambiente. Por vezes, usam-se de forma diferente conceitos que são comuns para tentar atingir uma imparcialidade autêntica. Mas o que o ex-jornalista do *The New York Times* torna evidente, com a sua história de vida, é como essas diferenças podem ser mal interpretadas pelos pares, especialmente, quando não há uma visão positiva do jornalismo ambiental por parte das chefias mais directas.

Quantas vezes a palavra “ambientalista” é dita com desdém numa redacção? A forma como um jornalista de ambiente vê esse termo é semelhante à perspectiva do jornalista de economia? Como vêem os outros jornalistas aqueles que escrevem sobre ambiente na redacção? Valorizam o seu trabalho de igual forma ou pelo contrário, desvalorizam-no? E como afectam depois essas percepções o tratamento noticioso?

2.10. Profissão de risco

Durante anos, o jornalista russo Mikhail Beketov escreveu sobre a floresta Khimki, nos arredores de Moscovo, ameaçada pela construção de uma auto-estrada entre a capital e São Petersburgo. Resultado: em Maio de 2007 pegaram-lhe fogo ao carro e, em Fevereiro de 2008, processaram-no por difamação. Mas o jornalista manteve-se firme e, em Novembro do mesmo ano, redigiu uma carta para ser entregue às autoridades juntamente com uma petição da população. Mas nunca chegou a enviá-la. Antes disso, espancaram-no e deixaram-no quase morto à porta de casa. Sobreviveu por pouco, depois de passar vários dias em coma e de lhe terem amputado uma perna e vários dedos. Contudo, um dos seus advogados acabaria assassinado no centro de Moscovo (AAVV, 2009).

“Em muitos países – especialmente, mas não só, naqueles que não são democracias – os jornalistas que se especializam em ambiente estão na linha da frente de uma nova guerra”, alerta um relatório da associação não governamental Repórteres Sem Fronteiras (RSF). “A violência a que estão sujeitos preocupa-nos a todos. Reflecte novas questões que têm assumido uma enorme importância política e geoestratégica” (AAVV, 2009: 1).

Nesse relatório, a associação descreve vários casos de pressões contra os jornalistas de ambiente.

Também a investigar a conservação da natureza, um país ao lado: a 9 de Fevereiro de 2007, a jornalista búlgara Maria Nikolaeva publicou uma reportagem sobre um projecto de desenvolvimento de uma imobiliária ilegal em Strandzha, a maior reserva natural do país. Resultado: no mesmo dia, apareceram dois homens na

redacção. “Sabes muito bem que não devias escrever coisas destas”, disseram-lhe. “E sabes o que acontece a jornalistas curiosos, levam com ácido na cara” (AAVV, 2009).

Nalguns casos podem ser só ameaças, mas que os jornalistas acreditam ter razões para levar a sério. O brasileiro Fabrício Ribeiro Pimenta, por exemplo, abandonou a sua casa depois de ser atacado em Julho de 2009, alegadamente a mando do dono de uma pedreira ilegal sobre a qual tinha escrito (AAVV, 2009). Também o cambojano Lem Piseth teve de fugir de casa para a Tailândia depois de várias chamadas anónimas e de uma visita intimidadora. Andava a investigar uma ligação entre os madeireiros e o primeiro-ministro (AAVV, 2009).

Noutros casos, nem há lugar a ameaça. Joey Estriber apresentava um programa de rádio nas Filipinas que se chamava “Pag-usapan Natin”, em português “Vamos falar disso”. Abordou várias vezes a desflorestação intensiva em Aurora, uma província a nordeste da capital Manila, e as ligações entre os madeireiros e o Governo. Acabou mesmo por se envolver em campanhas para fechar nove destas empresas. Depois, em Março de 2006 foi raptado por quatro homens e, desde então, tem estado desaparecido (AAVV, 2009).

“Na maioria dos casos, a violência é trabalho de criminosos ou rufias a mando de políticos corruptos. Mas, nalguns países, a população local, paradoxalmente, apoia os responsáveis pela desflorestação ou poluição, apesar de ser a vítima mais directa”, denuncia a associação (AAVV, 2009). A razão acaba por ser óbvia, está em causa o trabalho, a fonte de rendimento.

No relatório de 2009, a associação denuncia 21 casos de violência ou tentativa de controlo da informação em 17 países: 4 controlados ou censurados; 1 alvo de tentativa de suborno; 2 processados; 2 intimidados; 2 ameaçados de morte; 2 detidos ilegalmente; 5 condenados a prisão; 2 espancados e 1 raptado e desaparecido (AAVV, 2009).

"Tendo em conta que a informação rigorosa e atempada é essencial para se responder às alterações climáticas, o mundo inteiro tem responsabilidade de assegurar que a cobertura noticiosa do ambiente é livre e sem restrições" (Simon, 2009: 88).

Mas este problema não se limita aos países não democráticos. Para isso mesmo alerta Strup ao contar a história de Kevin Carmody, encarregue de cobrir o ambiente para o jornal americano *Austin American Statesman* até a sua vida acabar tragicamente em suicídio. Este jornalista tinha sido um dos fundadores da Society of Environmental Journalists e era considerado um dos mais prestigiados repórteres na área, de acordo com Strup. Contudo, terá sido a pressão das fontes e a falta de apoio dos seus editores quando publicou uma série de reportagens sobre a poluição das águas em Barton Springs, um parque com uma piscina natural em Austin, no Texas, que terão despoletado o suicídio. "Penso que o cepticismo e o questionamento das suas competências enquanto jornalista o feriram profundamente" declarou a mulher a Strupp, acrescentando que "ele tinha demasiado orgulho no seu trabalho. Penso que isso despolotou a depressão final" (Strupp, 2005: 4).

Como se pode ver por estes relatos, aquilo que para uns pode parecer apenas escrever sobre 'passarinhos e natureza', para outros pode acabar por ser uma tarefa difícil e perigosa. E, no entanto, como já se abordou, estes profissionais nem sempre serão vistos pelos pares e chefes com o mesmo respeito que os jornalistas que cobrem assuntos como a política ou a economia. Essa falta de apoio, para além de poder ter impactos na cobertura do ambiente, pode também, em casos mais extremos, ter consequências na integridade do profissional.

3. Pistas para a caracterização da possível amostragem

Quem... são os jornalistas de ambiente?

Desde que o jornalismo de ambiente ganhou força, nos anos 70, que os académicos se têm debruçado sobre as notícias da natureza e existem mesmo alguns estudos, uns mais exaustivos que outros, que procuram traçar um perfil do jornalista de ambiente. Essas investigações dizem-nos que o jornalista de ambiente tende a ficar com a sua pasta por mais tempo que os colegas de outras secções; costuma ter uma formação superior mais completa, com muitos a especializarem-se em ciência; têm mais contacto com os colegas da concorrência, graças a associações profissionais específicas do seu ramo e geralmente têm um maior grau de autonomia das interferências editoriais que os outros jornalistas, mais liberdade a decidir o que cobrir e como, embora isso varie muito consoante o tipo de meio (Hansen, 2010; Sachsman, Simon et al., 2010).

No caso português não existe nenhuma caracterização exaustiva do repórter que cobre ambiente. Daí, também, o interesse deste projecto de investigação. Todavia, entre os dados americanos e o que se sabe do jornalista português em geral pode-se tentar reflectir sobre possíveis traços do jornalista de ambiente em Portugal.

Relativamente à formação, é provável que nem tantos jornalistas de ambiente portugueses tenham cursos de especialização em ciência como os americanos, já que apenas um terço da classe com título profissional tem formação superior – 63,1% de acordo com o estudo coordenado por José Rebelo. Se, por um lado, “o tempo do jornalista de tarimba, autodidacta e ‘com jeito para a escrita’, com ‘boa voz’ ou ‘boa imagem’ está em vias de extinção” (Rebelo, 2011: 81-82); por outro lado, o número de profissionais com formação superior está ainda longe do caso americano – 89,3% (Wilhoit, 2007).

Pelo que se poderá arriscar inferir que tal disparidade entre os dois países também se faça sentir no caso particular do jornalismo de ambiente. Contudo, os jornalistas portugueses estão a investir cada vez mais na formação superior,

inclusivamente ao nível das especializações de mestrado e doutoramento. De 2006 para 2009 o número de jornalistas nacionais com mestrado ou doutoramento aumentou de 2,4% para 3,8% (Rebelo, 2011). Será que o jornalista de ambiente português também está a investir mais na especialização académica em ciências e ambiente?

No caso americano, os repórteres de ambiente têm também uma maior preocupação com a formação contínua – 73,8% já assistiu a pelo menos um *workshop* depois de se tornar jornalista; enquanto apenas 64% dos jornalistas generalistas o dizem ter feito. Mesmo assim, a maioria dos jornalistas, generalistas e de ambiente, sente que necessitam de mais formação específica (Sachsman, Simon et al., 2010).

Já no caso português, o jornalista Afonso Cautela, pioneiro na cobertura do ambiente em Portugal, considera que “embora só exista ‘um pequeno conjunto de jornalistas, há gente de muita qualidade. Pessoas muito bem preparadas: conhecem as estatísticas, a legislação, as estratégias políticas”, segundo disse em entrevista à equipa de investigação liderada por José Rebelo (Rebelo, 2011: 171) p.171. No entanto, o jornalista de ambiente do *Público*, Ricardo Garcia, considera que uma das grandes dificuldades desta área ainda é a “falta de informação de qualidade e sistematizada sobre muitas áreas ambientais importantes”, algo que, para além da falta de formação específica, pode estar relacionado com a dificuldade do repórter trabalhar em exclusivo nesta área (Freitas, 2007: 38). Esse, de resto, não será um problema apenas de Portugal. A equipa de Sachsman concluiu que a existência de várias denominações para o cargo de quem cobre ambiente nos jornais pode precisamente ter a ver com o facto de, muitas vezes, os jornalistas acumularem outras funções na redacção (Sachsman, Simon et al., 2010).

Outra grande diferença entre o repórter de ambiente e os seus colegas, de acordo com o levantamento liderado por Sachsman, encontra-se ao nível dos hábitos de leitura. A terceira revista mais lida pelos jornalistas americanos que cobrem ambiente é a *National Geographic* enquanto apenas 1% dos demais jornalistas costuma ler esta publicação (Sachsman, Simon et al., 2010).

Os estudos americanos actuais dizem-nos também que o jornalista de ambiente tende a ficar com a sua pasta por mais tempo (Hansen, 2010). Embora estudos mais antigos, dos anos 80, descrevessem precisamente o contrário (Schoenfeld, 1980). Contudo, relativamente ao tempo que o congénere português permanece a cobrir o ambiente por oposição a outras áreas, é difícil especular sem mais dados de análise.

Mas que os jornalistas portugueses de ambiente também se relacionarão mais com os colegas da mesma área será altamente provável. Isto porque, à semelhança do caso americano, e muitos outros países ocidentais, também o jornalista de ambiente português tem uma associação profissional própria, ainda que em conjunto com os repórteres de ciência – Associação de Repórteres de Ciência e Ambiente (ARCA). O grau de envolvimento de iniciativas dessa associação é bastante inferior ao da congénere americana. Isso pode dever-se ao facto de o universo nacional ser muito mais reduzido que o americano; mas também pode estar relacionado com outros factores, tais como uma atitude menos virada para o associativismo em geral ou menos tempo para actividades além das obrigações profissionais.

Um aspecto que também seria interessante estudar é o grau de envolvimento do jornalista de ambiente com as causas que cobre. Da revisão bibliográfica para este projecto fica a ideia de que a independência *versus* militância é um tema bastante discutido e polémico entre os académicos americanos que têm vindo a debruçar-se sobre esta área, havendo professores, como Frome que advogam um maior envolvimento do jornalista, contra outras entidades, como a Society of Environmental Journalists que se mostram inflexíveis na defesa de um jornalismo de ambiente independente.

Em Portugal, também têm havido posições em ambos os sentidos. O jornalista Afonso Cautela, que começou a trabalhar nesta área nos anos 70, revela sempre ter apoiado causas ecológicas ao mesmo tempo que as cobria como repórter. “Defende que o jornalista, ‘fora das horas de serviço, tem todo o direito de se dedicar à militância ecologista, ou outra, como cidadão’” (Rebelo, 2011: 171). Arminda Sousa Deusdado, jornalista e coordenadora do Biosfera, um programa televisivo sobre ambiente, diz que

“quem exerce jornalismo nesta área tem de acreditar e dar o exemplo, andando de transportes públicos e pensando duas vezes no que escolhe quando vai às compras” (Freitas, 2007: 37). Como pensarão os outros profissionais ou que posição terão organismos como a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, o Sindicato dos Jornalistas ou a Comissão da Carteira Profissional?

Os americanos têm mais autonomia das chefias quando se especializam na cobertura do ambiente, de acordo com a investigação de Sachsman. Mas, no caso português, será difícil imaginar qual é a autonomia do especialista em ambiente por contraponto com os que têm outras pastas, sem mais dados de análise. Afonso Cautela diz não ter razões de queixa de pressões e limitações, além das impostas pela censura. (Rebelo, 2011: 170). Mas que será que pensam os que cobrem esta área actualmente?

Uma tendência que, porém, não é abordada pelo levantamento estatístico de Sachsman é o crescimento do número de repórteres freelancers especializados. Em 2008, o número de profissionais independentes inscritos na Society of Environmental Journalists tornou-se no maior grupo, ultrapassando os jornalistas de imprensa e editores (Wheeler, 2008).

Embora a opção de se tornarem freelancers seja, muitas vezes, uma consequência das vicissitudes da conjuntura actual, para Bud Ward é algo que não deve ser visto com pessimismo. “Em vez de se sentirem como vendedores de cassetes Beta ou de auto-rádios de cassetes que vão de porta em porta, os jornalistas deviam ver nas mudanças todas as oportunidades e esperanças de novas formas de comunicar com eficiência, num mundo que precisa mais do que nunca de escrita e edição jornalística independente” (Ward, 2011).

Se, por um lado, as crises e os cortes de pessoal e o afastamento dos profissionais especializados possam levar a receios de uma mais pobre cobertura do ambiente; por outro lado, o número de inscritos na Society of Environmental Journalists está a crescer mesmo entre os profissionais contratados. Paralelamente, novas iniciativas de financiamento da cobertura noticiosa em geral e ambiental em particular, têm surgido nos últimos tempos, como é o caso das bolsas para investigação por parte

de fundações, parcerias com entidades científicas ou donativos do público através da internet. Estes são sistemas que parecem estar bem mais desenvolvidos e enraizados nos Estados Unidos do que em Portugal, mas num mundo cada vez mais global, muitas destas opções estão também já ao alcance dos portugueses. Todavia, enquanto este tipo de iniciativa lança novas esperanças para o futuro das notícias de ambiente, levantam-se também novas questões sobre a independência jornalística.

E é precisamente da necessidade de se saber mais sobre o jornalista de ambiente actual que nasce este projecto de investigação. Até porque, segundo a visão dos sistemas mediáticos de Hallin e Mancini, o sistema liberal americano diferencia-se do nacional, pluralista polarizado, em vários aspectos, desde a sua história à tiragem dos jornais, passando pelo grau de profissionalização, de independência política e de intervenção estatal por contraponto à total privatização (Hallin e Mancini, 2004).

É também importante perceber quem são estes profissionais porque “onde eles existem, eles fazem a diferença, ajudando os leitores e telespectadores a diferenciar a legitimidade das causas e ameaças ecológicas para a saúde humana, das estatísticas manipuladas” (Sachsman, Simon et al., 2010: 9).

Deverão, pois, os aspectos enunciados ser tidos em conta na hora de seleccionar a amostra da investigação.

4. Pistas para a caracterização do possível *corpus*

Onde... trabalham os jornalistas de ambiente

De forma análoga, neste capítulo enunciam-se alguns dos aspectos a ter em conta na definição do *corpus* de trabalho da investigação.

No caso americano a maioria dos jornalistas de ambiente trabalha na imprensa. Enquanto 36,5% dos jornais norte-americanos têm um repórter especializado, apenas 10% das estações televisivas o têm. Do conhecimento empírico do caso português, arrisca-se dizer que se passará algo semelhante. Aliando esta informação ao cenário em que o *online* ganha cada vez mais terreno nas redacções, considera-se interessante focar este projecto nos meios impressos e digitais.

Este ângulo torna-se também pertinente numa altura em que tanto se fala da crise financeira e da crise de valores do jornalismo, com as notícias a parecerem ser cada vez mais sensacionalistas e ligeiras (Patterson, 2003). Nesse cenário, qual é o espaço para o jornalismo de qualidade, especializado, que requer geralmente mais tempo para ser feito, mais esforço, leia-se novamente tempo, de formação do profissional e quiçá mais espaço para ser contado?

Existem jornalistas de ambiente no *online*? Ou serão os da edição em papel que têm agora que também escrever para o suporte digital? E como articularão eles esse acumular de funções? Se por um lado, o formato digital lhes dá mais espaço para contar as suas histórias e novas formas para as apresentar, com a possibilidade de recurso a imagens e infografias que tanto podem ajudar na descodificação de informação complexa; por outro lado, isso pode requerer ainda mais tempo para cada peça que fazem. Em que medida o site dos seus jornais vem contribuir para uma melhoria do jornalismo de ambiente? Em que medida estão a mudar as rotinas e formas de trabalhar destes repórteres de ambiente? E em que grau afecta isso o jornalismo que produzem?

Foi uma estação televisiva o primeiro órgão de comunicação social português a registar oficialmente um domínio em Portugal: a *RTP*, em 1993. Mas o primeiro a lançar

uma edição *online* foi da imprensa, o *Jornal de Notícias*, dois anos mais tarde. No mesmo ano, seguiram-se o *Público* e o *Diário de Notícias* a disponibilizar *online* os seus conteúdos. Em 1996, a Universidade do Algarve e o Instituto Superior Técnico passam a disponibilizar *online* publicações académicas. A primeira publicação exclusivamente *online* surge em 1998, com um enfoque local – o *Setúbal na Rede*. Quando, em 1999, o jornal *Euronotícias* e a revista *Focus* são lançados no mercado, surgem com uma versão em papel e *online* em simultâneo (Granado, 2002). Nos dias de hoje, praticamente todos os órgãos de informação têm o seu *site* completamente operacional.

O estudo de Hélder Bastos sobre o perfil do ciberjornalista português diz-nos que “os profissionais das redacções *online* passam também uma parte substancial do seu tempo ocupados com tarefas que os afastam da produção própria de notícias, tais como a edição de textos de agências noticiosas (71.2%) e a adaptação de conteúdos (ex: do jornal de papel para a Web), ou seja, o *shovelware* (68.2%)”. Para além disso, o ciberjornalista português típico é jovem, embora a maioria tenha mais de um ano de carreira, e é licenciado em comunicação social e/ou jornalismo. Mais de metade faz trabalhos multimédia, embora isso signifique para a maioria apenas a edição de fotografia. Só dois inquiridos estão aptos a trabalhar com programação informática. Embora dêem preferência ao contacto pessoal com as fontes (45,5%), raramente têm tempo para sair da redacção em reportagem (44,6%) (Bastos, 2008)

Assim sendo, a parceria entre quem domina a técnica da apresentação das notícias, mas tem pouco tempo para produzir as suas próprias peças, com quem tem conhecimentos especializados numa área e está habituado a conduzir as suas próprias investigações jornalísticas poderá revelar-se extremamente enriquecedora para o resultado final da apresentação das notícias ao público na internet. Isto, ainda que o ciberjornalista português médio possa não estar a explorar a fundo todas potencialidades de multimédia da internet, ao nível da interactividade, hipertextualidade ou mesmo do uso da imagem e som, por exemplo. Sem fazer julgamentos se o ciberjornalista português podia ou não explorar mais as potencialidades do multimédia e da interactividade, pois isso foge ao âmbito desta

investigação, parece evidente que a maioria dos ciberjornalistas terão mais conhecimentos técnicos que os jornalistas de imprensa especializados em ambiente. Embora a estes possa estar a ser pedido que trabalhem para o *online* do seu jornal.

Contudo, resta averiguar se essa simbiose de esforços entre o ciberjornalista e o jornalista de ambiente ocorre efectivamente nas redacções portuguesas e se existem obstáculos como a falta de tempo, que possam estar a prejudicar a qualidade das notícias de ambiente *online*.

Olhando para os *rankings* mais recentes do Netscope sobre os *sites* de notícias mais vistos, elaborados pela empresa Marktest, que analisa as audiências *online*, verifica-se que entre os primeiros vinte lugares cerca de metade costumam ser *sites* de jornais generalistas, como por exemplo o *Público*, *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias*, *Expresso* ou *Diário de Notícias*. No topo da tabela costuma estar o motor de busca *Sapo*, e jornais desportivos e próximo do fim dos primeiros 20 lugares costumam estar *sites* das cadeias televisivas, *RTP*, *TVI* e *SIC*. Ou seja, quando se fala em informação generalista na *net*, verifica-se que o motor de busca do *Sapo* e os *sites* de jornais nacionais são os mais lidos pelo público (Marktest, 2011).

A definição total do *corpus* de análise requer mais investigação no terreno, nomeadamente através de um levantamento dos jornalistas de ambiente em Portugal, algo que fará sentido na segunda fase de trabalho. A verificar-se que também em Portugal, a maioria dos jornalistas de ambiente trabalha na imprensa e a manter-se a tendência que coloca os *sites* de jornais nas preferências do público da internet, fará sentido situar o terreno de investigação entre a imprensa e o online.

5. Hipóteses e metodologia

Com a revisão bibliográfica verifica-se que já se têm vindo a publicar muitos estudos sobre o jornalismo de ambiente, especialmente nos Estados Unidos e Reino Unido. Em Portugal este não é um terreno virgem no campo das ciências da comunicação, como se viu também, contudo, ainda estão em aberto muitas interrogações. Com esta investigação propõe-se preencher parte desse espaço, procurando respostas a duas questões fundamentais. Primeiro procurar-se-ia perceber quem é o jornalista especializado em ambiente? Por outro lado, o online tem vindo a apresentar muitos desafios ao jornalismo contemporâneo. Por isso, perceber quem é o jornalista de ambiente português actualmente, implica perceber também qual é o seu lugar entre o jornalismo tradicional e o *online*.

Para responder a estas questões tem, na verdade, de se responder a várias sub-perguntas.

Como se viu, não existe ainda em Portugal uma caracterização do jornalista de ambiente, ainda que possam haver alguns documentos que ajudam a traçar algumas linhas do seu perfil. No entanto, muitas questões estão ainda em aberto sobre esta figura. Tem o jornalista de ambiente formação específica na área que cobre? Investe mais em formação que os jornalistas generalistas? Tem mais contacto com colegas da concorrência? Se sim, de que forma essa interacção contribui para o seu trabalho? Fica mais tempo a cobrir o tema? E de que forma isso contribui para uma melhor ou pior cobertura da informação sobre ambiente? Como é a sua relação com os outros jornalistas e editores? De que forma a relação com os editores e a forma como as chefias encaram esta secção influenciam numa melhor ou pior cobertura do tema? De que forma a existência de páginas próprias para o ambiente ou a sua ausência influencia a cobertura do ambiente? São os jornalistas de ambiente a favor ou contra um envolvimento nas causas que cobrem? Como integram esse posicionamento nas suas rotinas jornalísticas?

E como se posiciona este retrato no panorama internacional? Será o jornalista de ambiente português igual ao jornalista de ambiente americano, por exemplo?

Relativamente à segunda pergunta de partida, será que já existem jornalistas de ambiente no online? Como articulam os jornalistas as eventuais duplas funções de escrever para o papel e para o online? Que contributo tem vindo a dar a internet ao jornalismo de ambiente? Como é que estes profissionais vêem o futuro do jornalismo especializado na internet?

Ao analisar a dimensão multidisciplinar do jornalismo de ambiente, contatou-se que não haverá certo ou errado, melhor ou pior perspectiva de um tema, mas que o espaço para as notícias no papel é finito, ao invés do online onde é infinito. Contudo, o tempo do jornalista nunca é infinito. Como está o repórter de ambiente a explorar esse novo potencial?

Em Portugal o ambiente já mereceu secção própria nalguns dos jornais de maior tiragem. Actualmente, nas versões em papel esses mesmos jornais já não dão esse destaque ao tema. Contudo, surgiram outras formas de arrumar a informação de ambiente, nomeadamente sites especializados, como é o caso do *Ecosfera* do jornal *Público*. De que forma diferentes arrumações das notícias de ambiente influenciam o trabalho do repórter especializado? De que forma as novas organizações das notícias são um reflexo ou consequência dos cortes orçamentais e de pessoal nos jornais? Entre as novas expectativas do online e a redução das páginas de papel, qual passou a ser o novo lugar do jornalismo especializado, neste caso, em ambiente?

Para responder às questões de partida, crê-se que a melhor metodologia implicará uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos, dando primazia aos segundos. Assim, pensa-se que a investigação deve arrancar com um levantamento dos jornalistas de ambiente em Portugal, junto da Associação de Repórteres de Ciência e Ambiente e dos jornais nacionais, de modo a definir o *corpus* e a amostragem. Depois, em jeito de primeira abordagem, far-se-ia um inquérito de pergunta fechada para ser tratado de forma estatística. Mas o cerne da investigação concentrar-se-ia numa análise etnográfica, especialmente em entrevistas com os sujeitos da análise.

Os resultados de um inquérito fechado permitirão uma eventual comparação com a situação nos países onde já foram conduzidos estudos semelhantes, deixando assim perceber onde se situa Portugal no panorama internacional. Mas acredita-se que uma observação etnográfica permitirá uma análise mais aprofundada da realidade nacional.

Face aos resultados obtidos com ambas as metodologias, poderá eventualmente ser pertinente, ou não, a realização de mais entrevistas, nomeadamente junto de fontes e editores.

No final da investigação, espera-se conhecer melhor o jornalismo de ambiente que se faz em Portugal e perceber qual é o seu lugar no panorama internacional; ao mesmo tempo que se ficará a conhecer melhor como os jornais portugueses estão a articular a cobertura noticiosa de assuntos especializados entre as antigas edições em papel e as novas plataformas *online*. Espera-se ainda perceber o que está a ser bem feito e o que poderia ser melhor feito, contribuindo assim para o trabalho dos próprios profissionais, para a comunicação entre fontes e jornalistas, entre jornalistas especializados, generalistas, ciberjornalistas e chefias. Espera-se também que a investigação funcione como um contributo para as próprias empresas mediáticas, cientistas do ambiente, ambientalistas, fontes oficiais que trabalhem nesta área, académicos que estudem o jornalismo e ambiente e para a informação do público em geral.

Bibliografia

- AAVV (2009). *The Dangers for journalists who expose environmental issues; Reporters without Borders*; Paris.
- Agricola, G. (1912). *De re metallica; The Mining Magazine* / Salisbury House; London.
- Alexander, C. (2002). "Missing the 'Big Story' in Environment Coverage"; *Nieman Reports*; 56;(4): 45.
- Almeida, J. F. d., Ed. (2000). *Os Portugueses e o Ambiente - 1º inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*; Celta Editora; Oeiras.
- Almeida, J. F. d., Ed. (2004). *Os Portugueses e o Ambiente - II inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*; Celta Editora; Oeiras.
- Anderson, A. (1993). "Source-media relations: the production of the environmental agenda"; *in The Mass Media and Environmental Issues*; A. Hansen; Leicester; Leicester University Press: 51-68.
- Archibald, E. F. (1996). "How environmental reporters on daily newspapers construct news on the environment"; Tese de doutoramento - orientada por W. B. Eberhard; University of Georgia; Athens, Georgia.
- Atkin, H. (2007). "The growth of green"; *Television Week*; 26;(34): 17-56.
- Barringer, F. (1999). "Journalism's Greatest Hits"; Último acesso em 30 de Maio de 2011; <http://www.nyu.edu/classes/stephens/Top%20100%20NY%20Times%20page.htm>.
- Barros, A. T. and J. P. Sousa (2010). *Jornalismo e Ambiente - uma análise de investigações realizadas no Brasil e em Portugal*; Universidade Fernando Pessoa; Porto.
- Bastos, H. (2008) "Ciberjornalistas Portugueses, das práticas às questões de ética" *Prisma.com*; Último Acesso em 4 de Novembro de 2009; http://prisma.cetac.up.pt/173_Ciberjornalistas_portugueses_das_praticas_as_questoes_de%20etica_Helder_Bastos.pdf
- Bruggers, J. (2002). "The Beat Is a Tougher One Today"; *Nieman Reports*; 56;(4): 36.
- Chepesiuk, R. (1993). "Covering the environmental beat: nation's top policymakers address the society of Environmental Journalists conference; members discuss 'politically driven' backlash against environmental concerns"; Editor & Publisher; v126;(n51): p18(3).
- Corbett, J. B. (2006). *Communicating Nature*; Island Press; Washington.
- Cox, R. (2006). *Environmental communication and the public sphere*; Sage Publications; Thousand Oaks.
- Detjen, J. (2002). "A New Kind of Environment Reporting Is Needed"; *Nieman Reports*; 56;(4): 38.

- Downs, D. (2008) "Five Inconvenient Truths... of environmental journalism" Columbia Journalism Review; Último Acesso em 20 de Setembro de 2010; http://www.cjr.org/the_observatory/five_inconvenient_truths.php?page=all
- Favorito, C. A. (2007). "Retratos dos transgénicos na perspectiva dos jornais Público e Folha de São Paulo - estudo de caso comparado entre Portugal e Brasil"; Tese de doutoramento - orientada por C. Ponte; Universidade Nova de Lisboa; Lisboa.
- Fernandes, A. d. C. (2006). "O ambiente na Imprensa Periódica Regional (1965-1994) - Estudo de caso nos jornais A Guarda e Jornal do Fundão"; - orientada por L. Cunha; Universidade de Coimbra; Coimbra.
- Fleishman, E. (2002). "The Error of Judgment: Struggling for Neutrality in Science and Journalism"; Conservation Biology; 1451-1453.
- Fobes, N. (2002). "Photojournalism and Environmental Stories"; Nieman Reports; 56;(4): 56.
- Fonseca, R. B. d. (2010). "30 anos de jornalismo de ambiente em Portugal"; Jornalismo e Jornalistas;(41): 20-29.
- Freitas, H. d. S. (2007). "Jornalismo de ambiente em Portugal - Espécie em vias de extinção?"; Jornalismo e Jornalistas;(29): 30-40.
- Friedman, S. (2003). "And the beat goes on: The Third Decade of Environmental Journalism"; in The Environmental Communication Yearbook; S. Senecah; Cincinnati; Lawrence Erlbaum Associates.
- Friedman, S. M. (1991). "Two Decades of the Environmental Beat"; in *Media and the Environment*; C. L. L. E. E. Dennis; Washington D.C.; Island Press: 16-28.
- Frome, M. (2003). Environmental Movement and the *Media*; Encyclopedia of International *Media and Communications*; D. H. Johnston; Elsevier; 1: 543-552.
- Garcia, R. (2004). Sobre a Terra; Público; Lisboa.
- George, C. (2002). "A Beat About Business and the Environment"; Nieman Reports; 56; (4): 73.
- Granado, A. (2002). "Os *media* portugueses na Internet"; Último acesso em 27 de Setembro de 2011; <http://ciberjornalismo.com/mediaportugueses.htm>.
- Hallin, D. C. and P. Mancini (2004). Comparing *media* systems: three models of *media* and politics; Cambridge University Press; Cambridge ; New York.
- Hansen, A. (1993). "Greenpeace and press coverage of environmental issues"; in The Mass *Media* and Environmental Issues; A. Hansen; Nova Iorque; Leicester University Press: 150-178.
- Hansen, A. (2010). Environment, *Media* and Communication; Routledge; London, New York.
- Hansen, K. (2003). "Getting green"; Writer; 116;(11): 64.
- Howard, B. C. (2005). Where are all the Environmental Stories?; Clamor: 54.
- Kovarik, B. (2008). "Environmental History Timeline"; Último acesso em 13 de Abril de 2011; <http://www.environmentalhistory.org/>.
- Krönig, J. (2002). "Eco-journalism"; in The Culture of German Environmentalism; A. Goodbody; New York; Berghahn Books: 3-12.
- Marktest. (2011). "Ranking Padronizado Netscope"; Último acesso em 30 de Agosto de 2011; <http://netscope.marktest.pt/>.

- Marques, V. S. (2003). "O Associativismo Ambiental em Portugal: potencialidades e limites"; in *Novas Formas de Mobilização Popular*; J. Rebelo; Porto; Campo das Letras.
- McCluskey, M. (2008). "Reporter Beat and Content differences in environmental stories"; *Journalism & Mass Communication Quarterly*; 85;(1): 83-98.
- Patterson, T. E. (2003). "Tendências do Jornalismo Contemporâneo – estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a Democracia?"; *Media & Jornalismo*; (2): 19-47.
- Pereira, E. E. P. (2009). "Comunicação Ambiental - As alterações climáticas nos jornais"; Tese de Mestrado - orientada por A. S. Carvalho; Universidade de Aveiro; Aveiro.
- Prato, L. (1991). *Covering the Environmental Beat - an Overview for Radio and TV Journalists*; Environmental Reporting Forum; Washington D.C.
- Randazzo, R. (2001). "Context and bias in environmental journalism in the leading U.S. daily newspapers online v. print: a content analysis"; Tese de mestrado - orientada por J. Greer; Nevada University; Reno
- Rebelo, J. (2011). *Ser Jornalista em Portugal*; Gradiva; Lisboa.
- Rodrigues, A. T. D. S. (2008). "Representação da problemática das alterações climáticas na imprensa portuguesa entre 1990 e 2005"; Tese de Mestrado - orientada por A. S. Carvalho; Universidade do Minho; Braga.
- Rosa, G. M. P. C. (2004). "A Quercus nas notícias: consolidação de uma fonte não oficial nas notícias de ambiente"; Tese de Mestrado - orientada por R. Santos; Universidade Católica de Lisboa; Lisboa.
- Sachsman, D. (1973). "Public Relations Influence on Coverage of Environment in San Francisco Area"; *Journalism Quarterly*: 54-60.
- Sachsman, D. B., J. Simon, et al. (2002). "The Environment Reporters of New England"; *Science Communication*; 23;(4): 410-441.
- Sachsman, D. B., J. Simon, et al. (2010). *Environment Reporters in the 21st Century*; Transaction Publishers; New Jersey.
- Schmidt, L. (1999). *Portugal Ambiental - Casos e Causas*; Celta; Oeiras.
- Schmidt, L. (2003). *Ambiente no Ecrã - emissões e demissões no serviço público televisivo*; Imprensa de Ciências Sociais; Viseu.
- Schoenfeld, A. C. (1980). "Newspersons and the Environment Today"; *Journalism Quarterly*; 57;(3): 457-462.
- Shabecoff, P. (2002). "The Environment Beat's Rocky Terrain"; *Nieman Reports*; 56;(4): 34.
- Simon, J. (2009). "Unnatural Disaster: The Crisis of Environmental Journalism"; *World Policy Journal*; 26;(1): 87-94.
- Strupp, J. (2005). "Deadly Silence"; *Editor & Publisher*; 138;(6): 30-52.
- Traquina, N. (2002). *O que é o Jornalismo?*; Quimera; Lisboa.
- Vieira, P. A. (2006). *Portugal: O Vermelho e o Negro*; D. Quixote; Lisboa.
- Walton, I. (1971). *The complete angler, 1676 / Izaak Walton. With Complete angler / Charles Cotton and Experienced angler / Robert Venables*; Scholar Press; Menston, Eng.

- Ward, B. (2002). "Environment Journalists Don't Get Much Respect"; Nieman Reports; 56;(4): 40.
- Ward, B. (2011) "My old journalism world has crumbled, so how do I negotiate the new one?" SEJournal; Último Acesso em 28 de Fevereiro de 2012;
- Wheeler, T. (2008) "Amid the newsroom wreckage, a bit of e-beat hope" SEJournal; Último Acesso em 28 de Fevereiro de 2012;
- Wilhoit, D. H. W. R. A. B. B. J. B. P. S. V. G. C. (2007). The American Journalist in the 21st century: U.S. news people at the dawn of a new millennium; Taylor and Francis / Routledge; New Jersey.
- Wyss, R. L. (2007). Covering the Environment: How Journalists Work the Green Beat; Taylor & Francis Ltd; Hoboken.